

A CLASSE OPERÁRIA

RIO DE JANEIRO, 21 DE JUNHO DE 1947 — ANO II — NÚMERO 73

A CASSAÇÃO DOS MANDATOS SERÁ O FIM DO LEGISLATIVO

A FRENTE ÚNICA PRECISA SER CONCRETIZADA

O novo DIP, criado pela ditadura Dutra, tem distribuído matéria paga aos órgãos da imprensa amarela, com uma prodigalidade que já vai a vários milhares de cruzeiros. São diárias as transcrições de comentários, artigos assinados, trechos de discursos dos porta-vozes no Senado ou na Câmara, enfim, toda uma enchurrada de publicidade financiada pelo Estado. Embora o ministro da Saúde, a fim de não impedir que a imprensa assida se beneficie, agora, com alguns milhares suplementares, que faltariam às despesas requeridas pela solução de alguns dos mais angustiosos e imediatos problemas do povo.

Uma das transcrições mais vezes repetida, nos últimos dias, tem sido o comentário de «Correio da Manhã», sob o título de «Luta de magnatas ou suicídio?» e sub-título: «Luta entre potes de barro e de ferro» — «A frente única».

Os magnatas, no caso, são os industriais atingidos pela política financeira da ditadura e o jogo de que são acusados é o da frente única com os comunistas.

Em primeiro lugar, cumpre-nos rebater categoricamente a insinuação do «Correio da Manhã» de que existiria um jogo nessa questão, envolvendo, inclusive, uma ameaça de «floc-out», isto é, de fechamento voluntário das fábricas pelos seus proprietários. Tem sido, aliás, essa uma tática muito batida pelo DIP dutrista. Mas a verdade, que é bem outra, não pode ser adulterada. Uma ditadura desmoralizada como a do general Dutra, não tem suficiente crédito para convencer os vários setores da nação de que a mesma indústria não está sendo seriamente ameaçada pela bancarrota, como consequência da política financeira da camarilha ministerial. Não existe, portanto, absolutamente, jogo algum. O que existe é um fato objetivo, que nenhuma propaganda será capaz de esconter, como fazem os esboques com as cartas nas mãos de bacarat.

Ante da surpresa de muita gente eis que, da própria situação nacional, surge esse fato aparente: — os industriais, proprietários de fábricas, empregadores de dezenas de milhares de operários, em frente única com os comunistas, sem que houvesse qualquer prévio acordo, qualquer convênio do tipo em que é mestre o Sr. Otávio Mangabeira. A frente única é um fato objetivo, que brota, como uma necessidade natural, da própria situação perigosa a que chegou o povo brasileiro.

Observamos esse fato aparentemente estranho, mas profundamente significativo: —

não de agora, mas desde há muito tempo, têm sido os comunistas os únicos, como bancada única, a levantar a voz, no Parlamento, em defesa da indústria nacional ameaçada pela camarilha ministerial e pela concorrência avassaladora do imperialismo. O PSD e UDN, apesar de algumas discordâncias isoladas, tímidas e esparsas, vêm balançando, oficialmente, a cabeça em sinal de aprovação à política financeira da ditadura. O que parece à reação um jogo maléfico ou um milagre, nada mais é que a decorrência lógica e inevitável da posição justa dos comunistas dia a dia cada vez mais confirmada pelos próprios fatos concretos. Essa frente única, que o «Correio da Manhã» agora descobre com espanto, foi proposta por Luiz Carlos Prestes ainda no seu primeiro discurso diante do povo carioca, a 23 de maio de 1945, no estádio de São Januário. Apenas, o que existe para lamentar é que os setores progressistas da classe dominante tivessem tardado tanto em compreender a justiça do caminho patriótico, já então indicado por Prestes.

Quando a reação se exaspera com um fato objetivo, trata-se, sem dúvida, de um bom, de um ótimo sinal. O desespero, dizia Lenin, da reação coloca o comunismo como primeiro ponto da ordem do dia e beneficia os comunistas. Contra a rocha dos fatos os poderosos esperam que se quebre a débil cabeça irritada dos Dutra e dos seus parceiros de aventura ditatorial.

Os comunistas têm preciosas lições a tirar de tudo isso. Em primeiro lugar, a comprovação da absoluta justiça científica da linha política do Partido Comunista, pregando a união nacional desde o proletariado, aos camponeses, à pequena burguesia e à burguesia progressista. Em segundo lugar, constatando que a base social da ditadura é mais estreita do que parece, que o seu desespero é indicio de fraqueza. A ditadura Dutra, como qualquer ditadura, não poderá deter-se a meio caminho. Por isso é que prepara novos atentados, inclusive a cassação ou extinção dos mandatos dos parlamentares comunistas. De nada, entretanto, adiantará a sua violência. A sua supremacia será temporária e terá que ceder diante da oposição crescente de setores cada vez mais amplos do povo e da própria classe dominante, no seio da qual se tornam mais agudas as contradições.

A frente única surge como uma necessidade à qual conduz a própria situação objetiva, à medida que vai se agravando. Precisamos, todavia, reconhecer, serenamente que a frente única ainda não encontra uma correspondência na 7.ª pág.)

IRRESPONDÍVEL ARGUMENTAÇÃO DO DEPUTADO CARLOS MARIGHELA, EM NOME DA BANCADA COMUNISTA, DEFENDENDO OS ELEITOS DO POVO — UNIÃO DE TODOS PELA SOBERANIA DA PÁTRIA —

O deputado Carlos Marighella pronunciou, na Câmara o seguinte discurso:

Sr. Presidente, o requerimento n.º 250 leva-nos realmente a meditar, de forma mais profunda, sobre os problemas do vale do São Francisco, região inteiramente abandonada e que teve, agora, a oportunidade de ser visitada pela comitiva do Sr. Eurico Gaspar Dutra.

Certamente que à margem dos problemas econômicos ali discutidos não faltam também o estudo de determinados aspectos do problema político que aflige presentemente o Brasil. E o encontro entre o eminente Governador da Bahia, Sr. Otávio Mangabeira, e o Sr. Eurico Gaspar Dutra, terá sem dúvida repercussão na vida política do país.

Tratando-se de inscrever o discurso do general Dutra na ata de nossos trabalhos, bem como os discursos proferidos naquela região pelo nobre deputado Sr. Manoel Novais, o ilustre Senador Apolônio Sales e mais ainda, de acordo com a agenda apresentada à Mesa, o discurso do Sr. Otávio Mangabeira, não poderíamos deixar de examinar aqui o aspecto político do problema.

É claro que não resolveremos nenhuma questão econômica sem um estudo aprofundado do problema político, mesmo porque estamos certos de que a solução será antes de tudo uma solução política.

O golpe desfechado contra a democracia, com o fechamento do Partido Comunista do Brasil a 7 de maio trouxe em consequência apreensões da maior gravidade na vida política do país.

Não é sómente a certeza de que a prearção dos comunistas conduzir a maior escravidão da Nação nos interesses do imperialismo americano, mas a segurança de que a ditadura praticará novos atentados à Constituição, já brutalmente rasgada, e ao regime democrático atingido em cheio.

O que se tem em vista agora é a cassação dos mandatos dos deputados e senadores comunistas.

Realmente, contradição mais absurda não poderia surgir: cancelou-se o registro do Partido Comunista do Brasil, mas os representantes comunistas no Parlamento continuam a defender o mesmo programa com que o Partido os apresentou aos sufrágios da Nação. O problema em si mereceria outros comentários não fosse o fechamento do PCB uma decisão meramente política do Judiciário sob a coação do Executivo.

E já Rui Barbosa dizia: «Justiça política equivale à justiça de partido, justiça de interesse, justiça de desforra, justiça de crueldade».

QUEREM A COMPLETA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Mas, no caso trata-se de calar a voz do Partido Comunista, abrir o caminho ao domínio e à completa colonização do Brasil pelo imperialismo do Continente.

Cancelar o registro não ba-



Deputado Carlos Marighella

la, pretendem cassar os mandatos dos comunistas tentativa desesperada de reduzi-los ao silêncio.

No fundo, porém, trata-se de impedir a voz do povo e a voz da consciência.

Por isso que a frente única não pode ser apenas uma tática.

POLÍTICA INTERNACIONAL

Contra a "Nova Ordem" de Truman-Marshall

Os Ministros do Exterior da França e Gran Bretanha acabam de encontrar-se em Paris. Trataram da execução do «Plano Marshall» de «ajuda» à Europa. A visita do sr. Bevin à capital francesa deu margem a uma vasta agitação provocadora das agências e jornais a serviço do imperialismo contra a União Soviética. O ministro inglês declarou aceitar «com as duas mãos» o «Plano Marshall», e propôs que a URSS seja convidada a participar das conversações para sua imediata execução. Caso a URSS recuse, Inglaterra, França e Estados Unidos se decidirão a levar a cabo o referido «plano». E então o sr. Bevin avançou logo uma acusação que é mais uma tentativa de intimidar a URSS: seria ela a responsável pela divisão da Europa.

Como se vê, a URSS não tem o direito de discutir o «Plano Marshall», mas apenas de auxiliar a sua execução ou dar o seu apoio para que ele seja executado. Não se trata, portanto, de uma conferência dos Quatro Grandes para acertarem pontos de vista e chegarem a uma conclusão unitária. Trata-se simplesmente de uma imposição. Os Estados Unidos, através do governo reacionário de Truman-Marshall, resolveram tomar o «plano». O governo inglês o aceita. O governo francês não se lhe opõe. Portanto, a União Soviética também deve apoiá-lo, sem discutir.

No entanto, o «plano Marshall» não é mais do que um prolongamento, uma continuação do «Plano Truman» de ajuda à Grécia e à Turquia. O «Plano Marshall» é mais longe: visaria ajudar a toda a Europa. Assim, o «plano». A realidade mostra que os agentes governamentais do imperialismo lãque visam unicamente alimentar os governos reacionários da Europa, transformando-os em seus instrumentos de dominação política e de conquista de concessões econômicas.

O «Plano Truman» não escondeu esse objetivo no caso da Grécia e da Turquia, dois governos anti-democráticos com forte influência dos restos do fascismo. O «Plano Truman» mais uma vez se desmascara como um plano imperialista no caso da Hungria, suspendendo verbas já concedidas àquele país desde que um agente de Wall Street não pôde continuar no poder. O «Plano Truman» auxiliou Chiang Kai Shek e as reações chinesas para estimular a guerra civil na China. O «Plano»

(Conclui na 7.ª pág.)

neste número

- A cassação dos mandatos dos deputados e senadores (Carlos Marighella) — 1.ª pág.
- Os comunistas lutam por 100% de aumento no salário mínimo (Diogenes Azevedo) — 8.ª pág.
- A frente única deve ser concretizada (política nacional) — 1.ª pág.
- O imperialismo americano está derrotado pela reação mundial (William Forster) — 4.ª pág.
- 155 mil contos de réis — os lucros da Light nos primeiros meses de 1947 — 8.ª pág.

NO PRÓXIMO NÚMERO: «A Classe Operária» publicará no seu número do próximo mês, uma detalhada análise do grupo financeiro «Sul America», que é representado no ministério do Interior Dutra pelo sr. Roberto Moreira.



ROBERTO MOREIRA
1902-1978

ARMANDO BRAGA
ARQUIVO
MOVIMENTO
BRASILEIRO

A Cassação dos Mandatos será o Fim do Legislativo

(Continuação da 1.ª pag.)

simples ideia de cassar mandatos dos representantes antes da Constituição, por si só, constitui flagrantíssimo atentado ao Legislativo.

Esta a questão central, a mais profunda, a que mais importa aos destinos da Pátria. O fato é que possuímos uma Constituição. Foi votada e promulgada por nós, nesta mesma Casa. O povo tinha grandes esperanças em vê-la cumprida. Os homens públicos estabeleceram com entusiasmo, lealdade e empenho.

Não duraram muito porém, o entusiasmo e as promessas. Fechado um partido político, o Partido Comunista, — passo lógico para os que marcaram a trajetória das instituições democráticas, voltaram-se agora para o Legislativo em canibais da democracia — esse pequeno grupo militar fascista com o seu Duta à frente e exigem os mandatos constitucionais.

Mas deixamos falar o "Correio da Manhã", jornal autorizado de qualquer convivência com o comunismo, e que no dia 7 de maio afirmava o seguinte em um artigo cujos conceitos vale a pena registrar:

“REPRESENTANTES DO POVO

Enquanto o Tribunal Eleitoral se prepara para dar hoje, a seu voto sobre o registro do Partido Comunista os representantes do povo no Parlamento devem-se preparar também para decisões de alta transcendência.

Admitamos que os juizes se pronunciem pelo fechamento do mesmo partido, resta ainda a existência de uma grande bancada comunista no Congresso. Mais cedo ou mais tarde, este terá de enfrentar o problema de uma bancada que não pode decidir que o P.C.B. é ilegal; pode a Pátria em consequência, selar as portas da sede do partido, e impedir que o mesmo continue a se manifestar publicamente a realizar assembleias e a promover comícios. Mas os deputados e senador — membros não deixarão — por isso de participarem ativamente dos trabalhos parlamentares. A voz do comunismo não cessará de se fazer ouvir da tribuna da Câmara ou do Senado.

Então se levantará o problema da cassação dos mandatos desses homens.

A Constituição brasileira não distingue, porém, entre representantes: não discrimina a obrigatoriedade do mandato popular. Quando o povo e chamado às urnas para escolher seus mandatários ele exerce, antes de mais nada, o primeiro de seus direitos democráticos — a escolha de seus delegados ao Parlamento nacional.

E a essa fonte da democracia popular que recorre o nosso estatuto fundamental para obter como esse direito deve ser exercido. A Constituição não persegue o candidato à representação popular veste esse ou aquele uniforme partidário; ela quer apenas que seja ele brasileiro, tenha a idade suficiente, esteja no gozo das faculdades físicas e mentais necessárias ao desempenho do mandato.

Depois, quando a lei estabelecer a divisão das opiniões políticas e quando a existência de legendas e partidos, — trata-se evidentemente de cores partidárias. A discriminação da lei constitucional não importa a menos a princípio universal não discriminação da lei magna. Em cada deputado e senador há, por assim dizer, duas personalidades: a primeira, a física e intelectual, é a de cidadão eleito pelo povo; a segunda, a que ele assume quan-

do sobre essa tática de delegado preso a insignia partidária. Uma lei ordinária pode fazer desaparecer uma legenda; esta pode até fundir-se ou mesclar-se a outras; um deputado pode largar um partido por outro, ou deixar a legenda sob a qual foi eleito e ficar, do mesmo modo na constelação parlamentar, como estrela solitária, sem legenda e sem partido. Há na Câmara atual vários deputados nessas condições. Mas o seu atributo de representante do povo, de delegado da vontade popular, este ninguém o tira; não ele próprio. E o fato é tão verdadeiro, que se não admite que um deputado ou senador possa, em boa doutrina, despir-se da proteção das suas imunidades: as imunidades não lhe pertencem pessoalmente elas se prendem à impessoalidade soberana do mandatário popular.

Os comunistas, antes de membros da bancada comunista na Câmara ou no Senado, são representantes de meio milhão de brasileiros que os escolhem livremente, nas urnas. A legenda de seu partido pode ser riscada dos livros dos tribunais eleitorais; mas a vontade popular que representam jamais poderá ser riscada. Por isso mesmo continuará tão legítimos parlamentares quanto o deputado pelo P.S.D. ou o senador da U.D.N.

OS CASOS CONSTITUCIONAIS DE CASSAÇÃO DOS MANDATOS

A Carta constitucional só prevê cassação de mandatos por motivos funcionais: ofensa ao decoro parlamentar, infrações estipuladas no artigo 48, inciso II e letras que se seguem além de falta sem licença, às sessões por mais de seis meses consecutivos.

Assim, nem o Tribunal, nem o próprio Parlamento, têm poderes para arrancar de sua sede toda uma bancada de representantes que não faltam às sessões, não violaram o decoro do Congresso, não acumulam mandatos, não ocupam empregos públicos, nem são proprietários ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou de função remunerada.

O Congresso não poderá, jamais, mutilar-se a si próprio estirpando de seu seio os representantes comunistas honestamente eleitos. A eleição desses homens — é tão irrevogável e irretroativa. Conhecê-lo que a Câmara ou o Senado possam na base da cassação do registro do seu partido, expulsá-los do recinto parlamentar, é conhecer que o Parlamento cometa um ato de suicídio. Quando o homem comum, o cidadão, deflora a terra e a sua vida, e a sua vida é irreversível e decide num dado lapso de tempo, o destino político da nação. E na fatalidade desse gesto que se funda a intangibilidade da democracia. Desconhecê-lo ou desfazer-lo é cair pela raiz, com a foice sinistra da violência, a flor da consciência livre, sem a qual os regimes políticos morrem. Igualmente.

Outro não é o conceito do sr. Prado Kelly, ilustre líder da U.D.N. Em importante discurso pronunciado à véspera da histórica e malfadada decisão do S.T.E., expedida o clamorante jurista considerações das e as oportunas, em que só tinhamos a lamentar haverem chegado tardiamente, quando já não era possível a sua autorizada voz, pelo menos, chamar à razão alguns dos protagonistas do terrível golpe contra a democracia.

Não sei se o sr. Prado Kelly com este discurso interpretou o pensamento político da U.D.N. O que todos sabemos é que mais tarde outro ilustre representante do mesmo partido — o sr. Afonso Arinos — tomou a defesa da ditadura da Comissão de Constituição e Justiça — endossando a lei de segurança contra os militares, um infeliz substitutivo que há de ficar marcado na vida histórica do Brasil

como a mais perigosa das concessões já realizadas ao grupo militar fascista.

Não há negar, portanto, a contraditória situação da U.D.N., — partido de oposição, que passa a suscitador a ditadura com a sua violência do que mesmo o P.S.D. Salva-se a atitude democrática revelada pelas palavras do sr. Prado Kelly, que parece-me — melhor do que o sr. Afonso Arinos — conhecer o preço da liberdade.

Referindo-se às consequências que advirão com o fechamento do Partido Comunista, dizia o sr. Prado Kelly: “O Partido está representado no Parlamento Nacional e nas Assembleias Estaduais. Extinto o Partido casam-se os mandatos”. Se não cassarem, estarão frustrados importantes efeitos da medida judicial. Haverá de qualquer maneira a representação efetiva do Partido. Desaparece o grosso das legiões, mas ficam todos os homens de comando. E poderá fazê-lo? Sabemos que os casos da cassação de mandatos são, essencialmente, de natureza constitucional. Não constituem matéria de legislação ordinária, tanto que a Constituição da República regulou o assunto no capítulo próprio. Como regulou? Provendo hipóteses, nas quais não se enquadra o caso ora figurado.

Há mais, senhores! Sabemos que a intervenção dos indivíduos na vida do Estado se processa, como acentua Kelsen, no momento em que o cidadão vai depositar seu voto na urna, elegendo o representante de sua preferência.

Alí se inicia um segundo período, que é a manifestação da vontade do povo por intermédio dos seus delegados. Mas se, na primeira fase, quando o eleitorado se exprime pelo sufrágio, lido é ao Estado determinar as condições que disciplinem a opinião pública e a revelação dela através dos Partidos políticos estabelecendo formalidades para seu registro e funcionamento na segunda fase, não há como distinguir entre partidos, porque a investidura recebida é a diretamente da Nação.

AS DECLARAÇÕES DO SR. CIRILO JUNIOR

É claro que tais afirmações do ilustre líder da minoria contrastavam com as do eminente líder da maioria, sr. Cirilo Junior, como o fogo com a água.

O sr. Cirilo Junior na mesma Sessão negava que a democracia estivesse sequer ameaçada.

Eis as suas palavras: “E’ tão extravagante o quadro delineado que nos obriga a não afirmar desta tribuna que não têm razão aqueles que creiam, por fantasia, por suposições, por conjecturas, numa anomalia que não existe.

Não há algo, não há nada por que VV. Excias. não têm o direito de se julgarem os monopolizadores de patriotismo, os únicos detentores do respeito que devemos à Constituição, por que eu também o sou.

Se eu não fosse, não estaria nesta tribuna, e não seria que tivesse a compulsião cial de afirmar à Nação não ser verdade que as instituições democráticas estejam ameaçadas.

Confio no sr. presidente da República, nel que, enquanto restar a S. Excia. um sopro de vida, jamais trairá a fé jurada à Constituição da República e que S. Excia. sabrá defender as instituições como soldado e brasileiro, não desmentindo a confiança que nele depositou a Nação.”

E mais adiante: “Aqui estou eu senhores, não porque motivos plausíveis e evidentes reclamam uma defesa contra a prática dos atos que, ainda remotamente, representassem a ameaça da democracia. Aqui vim para declarar que o honrado sr. presidente da República não envolverá numa mor-

talha o respeito que lhe deve o Poder Legislativo e a confiança que tem no destino do Brasil.”

O Poder Legislativo acha-se agora ameaçado, ao contrário de todas as previsões do líder majoritário. Está em jogo os mandatos de mais de 14 representantes comunistas no Congresso Nacional.

Errorem-nos agora mais pela defesa do Congresso e de sua soberania, pela Constituição e pela democracia, do que mesmo pelos nossos mandatos.

Quando não quisermos invocar o critério político, bastaria o aspecto jurídico da matéria.

Somos Representantes do povo. Nossa Constituição inscreveu no seu preâmbulo:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos sob a proteção do Deus em Assembleia Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição dos Estados Unidos do Brasil.”

Não fala em representantes de Partidos, mas, sim, em representantes do povo brasileiro.

Mais adiante: a Constituição em seu artigo 39 declara: “A eleição para Deputados e Senadores far-se-á simultaneamente em todo o País”.

E o artigo 37, da mesma Constituição, afirma que “o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe de Câmara dos Deputados e do Senado Federal”.

NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE PERTENCER A PARTIDO

Depois de “definir” o Poder Legislativo e declarar a simultaneidade das eleições para as duas Casas do Congresso, traça as seguintes “condições” essenciais, mínimas, indispensáveis, para apresentar-se e ser votado, como Deputado ou Senador, de acordo com o parágrafo único do artigo 38 e o artigo 129, a saber: ser brasileiro; estar no exercício dos direitos políticos; ser maior de vinte e um anos e de trieta e cinco.

Não há, nesses artigos nenhuma exigência de “pertencer” a algum Partido Político. Poderá pois, ser candidato o cidadão que “não pertencer” a nenhum dos Partidos políticos, entendendo-se “pertencer” no sentido de “estar inscrito como sócio” trabalhando para a organização, pagando contribuição, sujeitando-se ao “regulamento interno” ou regras estatutárias.

Nem se diga que a Constituição “presumiu” como “condição” “pertencer” a um partido, porque a lei eleitoral a ele se refere.

Em primeiro lugar: a lei eleitoral é “transitória” e poderá em qualquer ocasião estabelecer regras diferentes, entre outras as dos “candidatos avulsos”. O sistema de “legendas” para a eleição para a Câmara dos Deputados é um “modo” de facilitar a “inscrição” e a “apuração”.

Em segundo lugar: a Constituição, em seu artigo 40 parágrafo único declara:

“Na constituição das comissões asseguram-se, tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva Câmara”.

Isto é, aplica-se tanto à Câmara, cuja eleição se faz por “legenda” como ao Senado onde as eleições são “individuais”.

O parágrafo único do artigo 40 indica um “critério” e não uma “condição”, diferença que é digna de ser assinalada.

Se a Constituição não tivesse estabelecido um “critério”, se o relegasse para o Regulamento Interno, ou fosse este omissivo, as “comissões” seriam constituídas pelos elementos do partido majoritário.

A verdadeira discussão do projeto de lei faz-se e nas comissões onde estão representadas as diversas correntes políticas.

Antes de 1940 quando as

“bancadas” eram “de Estados” as comissões se constituíam pelo “critério” dos Estados.

Que se trata de um simples “critério” não há dúvida. E isso resulta de que fora desse parágrafo único do artigo 40, nenhuma outra referência é feita aos “partidos” no capítulo do Poder Legislativo onde há sempre referência aos “Deputados” como “pessoas independentes”, designadas dos partidos. Nenhuma prerrogativa ou “direito” aos partidos sempre e só aos Deputados em Senadores.

Os deputados e Senadores, segundo o art. 40, são invioláveis no “exercício do mandato” por suas opiniões, palavras e votos. E pelo artigo 45 “desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte não poderão ser presos, salvo em flagrante delito em crime inafiançável”.

O artigo 47 refere-se ao subsídio de Deputados e Senadores e o artigo 11 estabelece normas de conduta aos mesmos Deputados e Senadores.

NENHUMA REFERENCIA AOS PARTIDOS

Nenhuma referência aos partidos. E não houve “esquecimento” ou “presunção” quanto aos mesmos, pois o artigo 49 estabelece que é a Câmara e o Senado quem dá licença para desempenhar missão diplomática.

Ainda demonstrando a “independência” do Deputado em relação ao Partido o artigo 51 reza que o Deputado ou Senador investido na função de Ministro de Estado não perde o mandato, — sendo convocado o “respectivo suplente”.

O parágrafo único do artigo 62, por sua vez, só admite “eleições” na falta de suplentes e se faltam mais de nove meses para o término do mandato.

Aliás os partidos podem dissolver-se por mútua vontade dos sócios, segundo os estatutos,

substituir o “nome” e a “legenda” por motivos de interesse interno, transformar ou reformar os estatutos, o programa e a ação do Partido Político — pessoa eleitoral.

Ter seu registro cassado, por qualquer dos motivos da Lei Eleitoral, caso não obtenham, por exemplo, 50.000 votos na legenda e deixem de ter “âmbito nacional”.

Podem estar “dissolvidos de fato”, isto é, dado que a diretoria não mais se interesse pelo Partido, não haja contribuições dos sócios ou vida partidária, tenha a diretoria fechado a sede e até alienado os móveis e utensílios; e, finalmente, podem ter casado o seu registro “como Partido” e como “pessoa eleitoral” por decisão do Tribunal Eleitoral.

Estariam os deputados sujeitos às influências dessas modificações?

Quem executaria essas modificações no Parlamento?

E quando se pudesse ter, ainda, a mais leve dúvida quanto ao fato de que a legenda é um mero “critério” para “facilitar” a votação e apuração, leríamos, na própria Lei Eleitoral, situações especiais.

Diz o art. 39 do Decreto-lei n.º 7.586 de maio de 1946, que restabeleceu a “vida partidária” no País:

“Somente podem concorrer às eleições, candidatos registrados por partidos ou alianças de partidos.”

Não exige que sejam membros do partido, e, sim, que um partido — “pessoa eleitoral” — os registre.

E daí figurar em “legendas” nomes que “não militam no partido” mas que pelas suas qualidades pessoais ou “prestígio eleitoral” tragam para a “legenda” do partido um número apreciável de votos.

Eleitos, sem nenhum compromisso partidário, passam a ter absoluta independência de ação, votando como melhor lhes parece.

Há, mais ainda, o mesmo art. 39 se refere à “aliança de partidos”.

E podem se verificar os casos de que a aliança se dissolve e os dois partidos permanecem;

de que a aliança tivesse sido de “vários” partidos e um ou alguns deles se tenha dissolvido, continuando a aliança com os restantes.

E de que, sendo de dois partidos, um deles “tenha casado” e seu registro ou dissolvido por vontade dos sócios ou outro motivo, permanecendo o outro.

Nesse caso haveria “substituição” de alguns deputados? Quais?

Assim, quer o capítulo da Constituição referente ao Poder Legislativo, quer a própria Lei Eleitoral admitindo “aliança” de partidos no registro dos candidatos, — claramente demonstram a “independência” entre os deputados e Partido, cuja função é, apenas, a de “registro” para “facilitar” pela legenda a votação e apuração.

Quando pudesse haver qualquer “vacilação” ter-se-ia a regra do artigo 36 da Constituição:

“A Câmara dos Deputados compõe-se de Representantes do Povo, eleitos, segundo o sistema de representação proporcional, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Territórios.”

Ora, pelo artigo 58 e seus parágrafos, o número de deputados será fixado por lei, em proporção que não exceda um para cada 150.000 habitantes, (como representantes do povo que são) e para maior facilidade e garantia da representação, estabeleça-se o critério de um deputado para cada território e o mínimo de 7 por Estado e pelo Distrito Federal.

REPRESENTAM TODO O POVO

Houve cuidado de evitar que, calculado o número na base da população (um para cada 150.000) um Estado obtivesse maioria absoluta, enquanto outro não tivesse nenhum representante. O critério da escolha foi, pois, de: toda a população, dividida pelos Estados, Distrito Federal e Territórios, obrigatoriamente garantido um mínimo.

Nenhuma referência foi feita aos partidos, de modo que, se forem muitos os partidos concorrentes às eleições, nem todos obterão representação!

Os partidos podem não ter representantes, mas todo o povo, até mesmo o do território, terá, no mínimo um.

O ilustre deputado Castelo Branco, representante do Território do Acre, foi eleito por zero votos, só por ter sido registrado por um partido!

Por que? Para que o povo do território tivesse o seu representante.

Abro, aqui, um parêntese. Se, realmente, no vale do São Francisco essa representação proporcional pudesse atender às necessidades daquelas populações, o sr. general Dutra talvez não precisasse realizar, lá, um encontro, com o sr. Otávio Mangabeira, para discutir aqueles problemas, porque os representantes do vale do São Francisco, eleitos pelo povo, estariam inteiramente a par desses problemas e teriam, por certo, feito ver ao sr. general Dutra quais as providências imediatas que o Executivo deveria tomar para que a região não permanecesse abandonada, como se verifica até hoje.

Como se poderia admitir, se o mandato estivesse ligado à sorte do Partido, que um deputado, eleito sob sua legenda, permanecesse, como temos assistido ao desligar-se, ficar sem partido, transportar-se para outro ou, até, fundar um novo?

E o caso das alianças de partidos quando estas se dissolvem? Quando um dos partidos se extingue (de dois que

(Continuação na 2.ª pag.)

A CASSAÇÃO DOS MANDATOS SERÁ O FIM...

(Continuação de 2ª pág.)
constituíram a aliança, como ficaram os deputados se não fossem representantes do Povo?

Se permanecesse o vínculo entre o deputado e o partido ou a legenda pela qual tivesse sido eleito, a Câmara viria sofrer o reflexo das lutas intestinas dos Partidos.

Nestes poucos meses de vida constitucional temos assistido aos desligamentos e até à expulsão de membros de um partido; adesão a outro e mesmo a fundação de novos!

Além de seus trabalhos, teria a Mesa da Câmara, na proporção com os casos internos dos partidos!

Tanto é verdade, que a lista de nomes dos deputados não mais se faz por partidos como na Assembleia Constituinte, e, sim, por Estados.

Tal a solução que a Mesa encontrou para os inúmeros casos de dissidentes e expulsos que já não podiam figurar na lista por partidos.

Entre outros nomes, podem ilustrar nossas afirmativas os nobres colegas: Graccho Cardoso, Vieira de Rezende, Carlos Nogueira, João Botelho, Carlos Godói, João d'Abreu, Carlos Medeiros, todos do P.S.D.; Souza Leão, do P.R.; João Barah, Berto Condé, Emílio Carlos, Guaraci Silveira, Jarbas Lari, todos do P.T.R.

O sr. Carlos Luz foi eleito pela coligação de Minas e ainda não sabemos o partido a que pertence.

No Senado há os casos dos duzentos senadores Melo Viana, Vitorino Freire e Afílio Viração, também do P.S.D.; o sr. Vitorino Freire pertence hoje ao P.T.R., se não me engano, enquanto o sr. Afílio Viração se passou para o P.R.

REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL

O que a nossa Constituição estabeleceu foi, portanto, o sistema de representação proporcional, tomando como seu princípio fundamental a repartição dos postos eletivos entre os partidos políticos mas considerando a divisão do corpo eleitoral em circunscrições territoriais.

Pode a coexistência das circunscrições eleitorais contradizer o sistema de representação proporcional, como sustenta Nelson na sua Teoria Geral do Estado, mas não parece dúvida de que a legislação brasileira só chegou a admitir a para fazer praga do princípio de que o deputado ou senador, ainda que eleito por um partido, não é mais do que um representante do povo.

Os partidos políticos só existem para disciplinar e facilitar a manifestação do eleitorado.

E' absurdo extinguir mandatos, já que a cassação do registro eleitoral de um partido político não pode significar o desaparecimento automático do eleitorado que sufraga os candidatos registrados sob sua legenda.

Se não pudermos os eleitores elegê-los sob uma determinada legenda, nada impediria que os elegamos sob outra qualquer. O Senador Prestes mesmo em sua última entrevista ao jornal "Tribuna Popular" afirmou:

"Mas, com as condições atuais do sr. Dutra ou sem elas lutaremos até o fim pelos nossos direitos políticos, e até que se decida no S.T.P. a causa do P.C.B. formaremos em outro Partido com qualquer nome para lutar pela democracia e a prática honesta da Constituição, pelas reformas econômicas fundamentais que os mais imediatos interesses do nosso povo estão a reclamar, tais como a reforma agrária, a nacionalização dos bancos e já hoje, como medida imprescindível, o monopólio estatal do comércio exterior, como única maneira de salvaguardar a indústria nacional e

melhor utilizar nossos recursos no estrangeiro."

Quem nos impediria de formar esse novo partido? O voto não é secreto? Os comunistas porventura não voltariam a ser eleitos, sejam quais forem as restrições da ditadura ao seu Partido?

Os direitos civis dos comunistas e de mais de meio milhão de seus eleitores não foram cassados, nem o podiam ser.

O essencial é serem satisfeitos as condições de elegibilidade do art. 38 da Constituição, e por isso mesmo não poderíamos ser tão facilmente riscados da vida política da Nação.

Tanto isso é impraticável que os "sábios" da Comissão dos Cinco pensam agora entregar o assunto ao Poder Judiciário, outro absurdo, porque, uma vez diplomado o deputado escapa à Alçada da Justiça Eleitoral.

O art. 36 da Constituição determina que os Poderes da União (a legislativo, executivo e judiciário) são independentes e harmônicos entre si. Após a diplomação, o representante do povo passa a pertencer ao Poder Legislativo, e o Judiciário (de que a Justiça eleitoral é um órgão) não mais poderá intervir.

Assim, qualquer Juízo da Justiça eleitoral em relação às pessoas eleitorais — matéria de uma alçada — não pode atingir aos deputados e senadores, nem ter interferência com o poder legislativo.

Nem o Executivo, nem o Judiciário podem "interferir" no legislativo.

Só o próprio Poder Legislativo pode decidir da sorte de seus membros, para o que dispõe de precedentes, traçados pelo art. 48 da Constituição.

Se a cassação do registro de um partido político pudesse influir sobre os mandatos, teríamos a "intervenção" do judiciário no legislativo, ferindo a "independência" dos poderes. As "imunidades" garantidas aos deputados e senadores nada mais representam senão a garantia da independência dos poderes.

APENAS A PESSOA ELEITORAL DO PARTIDO

Nem a política do Executivo, nem o Meirinho da Justiça podem alcançar os membros do Poder Legislativo, salvo as exceções previstas em nossa Carta Magna, que se restringem ao artigo 48.

A justiça eleitoral alcança, pois, apenas a pessoa eleitoral, o partido político!

De outro modo, não tem sentido o poder judiciário, representado pela nossa mais alta Corte.

Assim, decidiu, em 18 de junho de 1918:

A Justiça Federal falca competência para cassar mandatos de deputados, cujos poderes foram legalmente reconhecidos pelos seus pares. ("A Constituição Federal interpretada pelo Supremo Tribunal Federal, pelo bacharel José Afonso Mendonça de Azevedo, ed. 1925).

Em 24 de julho de 1922:

"Tratando-se de um caso essencial e exclusivamente político — qual o de Assembleia Legislativa Estadual haver cassado o mandato de um de seus membros — e referente, pois, a organização ou constituição de um dos órgãos políticos de um dos Estados da Federação, isto não é a intervenção do Poder Judiciário, pois assim diminuiria em sumo os casos, tem resolvido o T.S.P. e sempre amparado pela autoridade dos mais insistentes mestres do nosso regime constitucional, (poneroy — "An Introduction to the Constitutional Law, § 746; Bryson — "The American Commonwealth" — I — 349; Ray Barbosa — "O Amazonas e o Aca" — I — 386; Araújo Castro; —

"Man. da Const. Bras. 214 (Obras cit. n.º 333):

Em 24 de agosto de 1918: "A o Legislativo Municipal, decretando a perda do mandato do paciente, do cargo de Prefeito Municipal, usou de uma facilidade que foi conferida pela lei orgânica dos municípios, a o Judiciário escapa competência para conhecer da matéria, que é antes de tudo de caráter político." (Obras cit. número 1.098). (idem, idem sob o n.º 1.099).

O Sr. Presidente (Fazendo soar os tambores) — Atenção! Lembra ao nobre Deputado de que seu tempo está a findar.

O SR. CARLOS MARIGHELA — Um minuto mais, Sr. Presidente, e atenderei à observação de V. Exa.

Contra o parecer dos "sábios" levantam-se até as pedras do caminho.

E uma comissão de cinco colegas Deputados que pretendem amputar o Congresso de que fazem parte e por cuja soberania deviam zelar. São os representantes do partido da maioria — o P.S.D. — que preferem ver mutilada a assembleia em que têm as maiores responsabilidades como o partido numericamente mais volumoso. A causa é tão ingrate, que em oposição aos seus defensores levanta-se o insuspeitíssimo Jornal do Comércio de 15-6-47 em grande Várta:

"Nunca foi, nem poderá ser o Poder Judiciário um órgão consultivo dos outros Poderes, para as interpretações abstrusas da lei." E' que hoje acontece isso mesmo a que se refere ao mesmo artigo o Jornal do Comércio: "Como é fácil concluir, impera no país uma confusão desconcertante." Que se passa então? Por que essa situação desperçada dos cinco infelizes juristas do P.S.D.? Terá razão por acaso o sr. Elmano Cardia ao acusar atrevidamente o Poder Legislativo quando escreve que o "poder judiciário não poderá suprir as deficiências da coragem cívica"?

Para o sr. Cardia "coragem cívica" significa o cinismo bastante para passar por cima da Constituição, para rasgá-la, despartá-la, "coragem cívica" seria o Poder Legislativo automutilar-se, expulsando de seu seio os representantes do povo livremente eleitos em todo o país. Mas qual a causa originária da existência dessa Comissão dos Cinco e de sua lamentável "atividade"? Já está suficientemente claro para a Nação inteira que se trata de arranjar um jeito, uma forma "legal" qualquer capaz de encobrir, de facilitar o atentado ao Poder Legislativo, uma maneira enfim de desprestigiar, de desmoralizar o diante da opinião pública. A Comissão dos Cinco faz com astúcia o que já foi feito antes com o T.S.E., habilmente "ajustado" com o objetivo de ser alcançado sem grandes ou mal notórios rasgões na lei, o célebre escorço de 3x2. A Comissão dos Cinco foi a saída encontrada pelo Senador Nereu Ramos com a direção do P.S.D. em face das ameaças tremendas do Ditador, do seu Ministro da Guerra e do grupo militar-fascista que exigia a expulsão dos comunistas do Poder Legislativo caso o Parlamento não quisesse ser logo dissolvido. Dai os apuros do Senador Nereu Ramos, sumamente preocupado em salvar a "ordem constitucional", mesmo assim, ferindo-a de frente, pela automutilação, a custa do sacrifício de um punhado de pobres representantes do povo. E', modernizada, a mesma ameaça que acompanhava o Plano Cohen em 1937. Planeja que todos sabiam ser falso, mas que foi traído, como mal menor, dando o Parlamento o Estado de guerra exigido, porque em caso contrário seria então imediatamente dissolvido. E' fácil de imaginar por isso o quanto sofrem em seus apuros o sr. Nereu, os homens da Comissão dos Cinco, e os demais parlamentares que com as suas

"deficiências da coragem cívica", na pitoresca linguagem do sr. Cardia, não foram ainda capazes de encontrar a forma a jeito que satisfizesse o pequeno grupo militar que cerca o Ditador Dutra a pretexto de falar em nome das Forças Armadas da Nação. Essa a situação real que atravessamos. Falta-se de cassação dos mandatos dos comunistas, mas o que se ameaça é a ordem constitucional e mais particularmente o Poder Legislativo que, se não souber restringir a esse golpe de força e de audácia, se acitar a automutilação que agora lhe exigem, muito breve será definitivamente liquidado com a mesma humilhação por que já passou em 1937.

Estando, como estamos, diante de Representantes do povo, esperamos que esta seja uma representação autêntica, (Conclui na 7.ª pág.)

o leitor escreve

OS OPERÁRIOS DA CENTRAL DO BRASIL REIVINDICAM SEUS DIREITOS

Um grupo de operários da Central do Brasil enviou uma carta ao deputado João Amazonas sobre as suas más condições reividicações e condições de trabalho. Nessa carta, dizem:

"Desde 18 de setembro, data em que foi promulgada a Constituição do país, nós, na Central, ainda não gozamos nenhum benefício dessa Constituição e só temos sofrido punições pela atual direção do sr. Renato F. o. E estamos nesta situação, sr. Deputado, a começar pelos diaristas que só fazem 25 dias no mês, conforme está acontecendo nas oficinas de Engenho de Dentro e de outros setores. A nós diaristas ainda não foi dada ordem para pagamento das folgas remuneradas, dos domingos e feriados, conforme está aprovado na Constituição. Quando precisarmos de ir ao médico na Caixa de Pensão dos Ferroviários, temos de perder o dia. Os ferroviários há mais de dez anos que não têm uma promoção. Enfim, a Central do Brasil tem lei para ela; quando vem uma lei que nos favorece, o atual diretor diz que nós somos do gaturamo, que somos empregados do governo. Mas quando vem uma lei para tirar os nossos direitos ou para punição, ele imediatamente compra a lei. Sr. Deputado, nenhum ferroviário, ainda com mais de 5 anos, já foi efetivado, conforme manda a Constituição. Neste caso, apelamos para V. S. ver o que pode fazer do urgente em benefício dos ferroviários da Central, que estão vivendo numa situação angustiosa e de miséria. Pedimos em primeiro lugar o cumprimento da Constituição dentro da Central do Brasil e o pagamento das folgas remuneradas, de acordo com o artigo 157, parágrafo IV da Constituição. Mas que a voz de V. S. se estenda na tribuna da Câmara, em benefício dos ferroviários da Central do Brasil, para que assim saibam os demais deputados e para mandar a diretoria da Central cumprir com a Constituição dentro da Central do Brasil, porque até o presente data ainda não foi cumprida. Mas sr. Deputado, apelo que não usamos caso não fique escrito o sim debatido na Câmara e na tribuna e ao caso for possível, até uma intimação para cumprir a Constituição dentro da Central do Brasil. Também, se possível, fosse, sr. Deputado, uma Comissão do Parlamentares para percorrer as oficinas da Central, dos trechos do D. Pe-

O "Raid" Demagógico Ao São Francisco

A incapacidade do general Dutra para o cargo de presidente da República é, hoje, um fato reconhecido pelo povo brasileiro e pela maioria dos setores políticos. Vacilante, desprezado de milhares de qualidades administrativas, monobrado por uma camarilha de insensíveis assecuras, e, acima de tudo, cego por um estúpido anti-comunismo, o general Dutra está realizando o mais desastroso governo, que já houve na história de nossa Pátria.

Por isso mesmo é que o "raid" ao São Francisco não pode ser explicado senão como tentativa demagógica. O homem, que é incapaz de resolver problemas reais e simples na própria capital do país, não poderá evidentemente criar um "novo estado de civilização" no nordeste. Como criá-lo, se o governo, brevemente, não terá dinheiro para pagar os funcionários?

Estando, como estamos, diante de Representantes do povo, esperamos que esta seja uma representação autêntica, (Conclui na 7.ª pág.)

o leitor escreve

OS OPERÁRIOS DA CENTRAL DO BRASIL REIVINDICAM SEUS DIREITOS

deu II até Deodoro, para assim verem de perto em que situação de miséria trabalhavam os ferroviários da Central do Brasil e com mesquinho salário que mal dá para nos alimentar. Sr. Deputado, temos setores de trabalho que nem cobertura tem mais para abrigar do sol e da chuva, e se V. S. visse seria melhor, mas em comissão, para ver tudo que nós estamos expondo se não é verdade. E depois também veriam a comida que nos é servida, cheia de ferrugem, carne podre, etc., e pagamos dois cruzeiros mais que a do SAPS, que é de Cr\$ 1.40. Com isso, desde já agradecemos o esperamos com a máxima urgência umas providências por V. S. dentro dessa Câmara, em favor (Conclui na 7.ª pág.)

NADA FEZ A DITADURA Pelo Trabalhador Rural

Num trecho do seu discurso em Petrolândia, uma das oradoras do "raid" sanfranciscano, o ditador Dutra perdeu as cerimônias e deturou a verdade, sumariamente. E quando se refere às condições de vida do trabalhador do campo, a quem teria o governo "dedicado o máximo de sua atenção, encarecendo as suas necessidades com sentimento de justiça". O próprio trabalhador do campo há de verificar nas condições de sua miséria, que se agravaram nos dois últimos anos, que esse "máximo de atenção" e esse "sentimento de justiça" devem ser compreendidos no sentido oposto: "desprezo" e "opressão".

No período seguinte do discurso, o ditador declara que o direito do trabalhador rural ao descanso semanal remunerado é iniciativa do seu governo, de acordo com o projeto enviado ao Legislativo. Menos, porém, o ditador. Essa iniciativa coube de fato, à bancada comunista, através de uma emenda vitoriosa do deputado João Amazonas, seu representante na Comissão de Legislação Social. Depois de aprovado, essa Comissão, o projeto, do próprio Legislativo, foi que a camarilha ditatorial se lembrou de mandar em outro projeto, apenas para retardar o debate e consequente aprovação da lei, que regulamenta, em definitivo, o descanso semanal remunerado.

Que reconheça, pois, o general Dutra, a verdade e atribua à bancada comunista o mérito que ela possui, de lutar construtivamente pela solução dos problemas urgentes da classe trabalhadora e do povo.

Problemas urgentes não existem há necessidade de procurá-los no vale do São Francisco. Entretanto, se conta do plano da general, qualquer coisa em real benefício daquela região, por que então, não realiza a reforma agrária? Por que não distribui terras aos camponeses sanfranciscanos, que são dos mais pobres e oprimidos? A concentração da propriedade no vale do grande rio é, talvez, a mais clamorosa das injustiças. Algumas famílias que se podem contar pelas mãos, dominam toda a região, figurando entre as grandes latifundiárias o sr. Geraldo Rocha, que, naturalmente, está a cabeça de crânio e de valorização de suas terras.

Todas as condições precárias de condições demográficas para elevar a atenção de quem daqueles problemas urgentes, cuja solução deve ser imediata. Mas afinal, tanta coisa na recuperação do Império Romano. Cidades imensas e "marcho para o oeste", e o rio Amazonas. Mas existem outros rios no Brasil. E Dutra descobriu o vale do São Francisco, do que se anuncia, irá também no vale de Tocantins, onde prometerá mais dois, ao rio Escurinho.

O "raid" ao São Francisco teve ainda um outro objetivo demagógico — o de encerrar um encontro com o sr. Otávio Mangabera. Este se prestou maravilhosamente ao propósito da encenação. Não foi o governador da Bahia um democrata à altura do momento, que fizesse sentir ao ditador a energia resistencial, que os seus atos atentados não desmerecem ao sr. de posse. Bem ao contrário, o sr. Otávio Mangabera capitulou e, se não fosse, não seria, dentro de pouco tempo, seria um camponês de ordens da camarilha ditatorial, um instrumento para personalismo. Com isso, encerramos este pequeno levantamento a quem há de saber a verdade, a quem a tem demonstrado a população com relação ao sr. Admar de Barros.

Cada um de nós, de todos os setores de luta, não faz senão reforçar no sr. dos grandes massas populares a consciência de que é imprescindível exigir, com redobrada energia, a renúncia imediata do general-ditador.

Ativamente pela solução dos problemas urgentes da classe trabalhadora e do povo.

Além, o próprio "governador geral" de Tramim reconhece a sua incapacidade, ao admitir que a proteção aos direitos dos trabalhadores é uma "tarefa hercúlea" para o que, dentro da desorganização da produção e da falta da técnica de recursos — deitam as responsabilidades do governo".

E' do mesmo modo, ridicula a eloquência do ditador Dutra, falando em criar um novo estado de civilização "na margem do São Francisco, uma civilização industrial construída com uma laboriosa reconstrução. Ao começar o ano, em mensagem ao Parlamento, referiu-se o general até à reforma agrária. A ditadura, que infecta a nossa Pátria, como todas as ditaduras, tem facilidade em fazer declarações bonitas de bonaparte. Porque não pode realizar a reforma agrária o homem que representa os grandes senhores da terra, não pode estabelecer a indústria nacional o homem, que se enriquece de pilas e milhões no imperialismo.

Reconheça o general Dutra a total incapacidade do seu governo, que não tem nenhuma ocasião para se um "raid" diante de "tarefas hercúleas" e renuncie suas maiores delícias, abdicando também a um governo de escravidão nacional, que produz enfeites, com enxada e oitela, os problemas do povo brasileiro.

O Imperialismo Americano Será Derrotado Pela Resistência Mundial

Por WILLIAM Z. FOSTER
(Presidente do P. C. dos Estados Unidos)

N. da R. — Neste artigo, da maior oportunidade, Foster analisa a política interna e externa dos Estados Unidos em todos os setores, mostrando quem dita essa política e quais os seus verdadeiros objetivos. Escrito embora antes dos últimos acontecimentos na Europa Oriental, o artigo de Foster esclarece também a propaganda e a agitação dirigida agora pelos reacionários americanos contra os povos da Hungria e da Bulgária, depois de terem fracassado nas suas provocações anteriores contra a Polónia e a Jugoslávia.



As massas do povo americano são generosas e democráticas e estão impregnadas de um grande sentimento de solidariedade para com os países devastados pela guerra. Por conseguinte, quando terminou a guerra, essas massas esperavam que os Estados Unidos, que haviam saído indenes do conflito, empregariam seu enorme potencial econômico e seu prestígio político, com espírito democrático, para ajudar a reconstruir os destruídos produzidos pela guerra. As massas se haviam impregnado fortemente das palavras de ordem antifascistas da época de Roosevelt, sob as quais se havia lutado na guerra.

ra. E esperavam que este país cumpriria suas obrigações internacionais, participando ativamente da criação de um mundo progressista e democrático.

Mas os grandes capitalistas de Wall Street abrigavam idéias completamente diferentes. Na situação de ruína de outros países, Wall Street viu uma magnífica oportunidade para conseguir lucros imensos, e se lançou a aproveitar-se dela, utilizando o enorme poder da América para restabelecer nosso controle imperialista sobre o mundo. Apenas Roosevelt havia expirado e finda a guerra, esses grandes capitalistas, fazendo da administração Truman um dócil instrumento, iniciaram uma violenta ofensiva diplomática, com o objetivo imediato de fazer dos Estados Unidos, ou de suas grandes trustes, os donos do mundo. As impregnadas nessa veloz ofensiva diplomática foram a ameaça da bomba atômica, a pressão econômica e o uso político dos empréstimos e das reservas de alimentos.

Os objetivos específicos dessa cruzada consistiam em deter a inclinação universal dos povos para a esquerda, afogar a onda democrática que se levantava na Europa, sufocar o fogo de revoltas nas colônias e nos países semi-coloniais, e especialmente intimidar a União Soviética, e reduzi-la a uma potência de segunda classe. Os grandes capitalistas se esforçaram por criar uma poderosa aliança anglo-americana — sob o completo domínio dos Estados Unidos — para manejar as Nações Unidas de acordo com os desejos de Wall Street.

ES OS FATOS

Não é desprezível o progresso que realizaram na aplicação de seu programa reacionário. Conseguiram um acordo com a Inglaterra, pelo qual se estabeleceu a "padronização das armas" dos dois países; formar um bloco anglo-americano de Estados capitalistas, que geralmente controla a maioria das Nações membros da ONU; reverteram bases navais e aéreas por todas as partes do mundo; fizeram também do Japão um joguete dos Estados Unidos; sustentaram Franco no poder e conservaram um regime monárquico corrompido na Grécia; protegeram capitalistas nazistas na Alemanha e fortaleceram todos os partidos reacionários da Europa. Juntamente com o Vaticano e com os oportunistas da Social-Democracia, converteram-se na força em que depositam suas mais favoráveis esperanças todos os fascistas do mundo.

Na esfera doméstica, dentro dos próprios Estados Unidos, os imperialistas de Wall Street conquistaram importantes vitórias. Apoiaram-se do controle das Câmaras do Congresso, espoliaram-se pela administração de Truman, derrota-

A RESISTENCIA AUMENTA

No entanto, essa corrida dos reacionários norte-americanos para conquistar o controle do mundo está muito longe de haver conseguido o êxito rápido que eles haviam previsto. E isto se deve ao fato de sua campanha imperialista ter encontrado uma resistência tão poderosa em alguns países que, evidentemente, está sendo contida. Ainda é muito cedo para se afirmar que este impeto do imperialismo americano tenha sido definitivamente derrotado, mas se pode ver que o espaço de tempo que se haviam fixado para sua realização foi ultrapassado, e que os imperialistas estão encontrando dificuldades crescentes em muitas frentes. A política de "ser duro com a Rússia" fracassou por completo. O mundo devastado de após guerra está demonstrando que não é uma presa tão fácil como Wall Street havia imaginado.

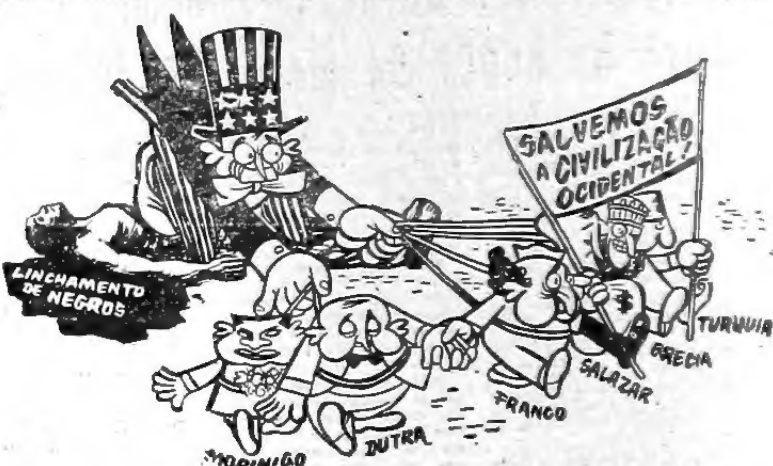
Os imperialistas basearam suas grandes esperanças no medo à guerra, que eles mesmos haviam espalhado imediatamente depois da vitória sobre o Japão. Egrimginando com a bomba atômica, realizando manobras militares no Canadá e demonstrações navais no Mediterrâneo, realizando com nossos aviões de bombardeio vôos espetaculares através do mundo; adotando em tempos de paz um orçamento

militar gigantesco e inundando o mundo com discursos cheios de fanfarronice, ameaçando publicamente a URSS com uma guerra "defensiva" imediata. Evidentemente, o propósito dessa desastrosa campanha chauvinista era assustar a União Soviética para forçá-la a aceitar as exigências dos delegados anglo-americanos na ONU.

Mas, para surpresa dos imperialistas, os russos se mantiveram firmes em seu terreno. E tanto é assim, que, se os russos quisessem, poderiam também ser "duros". Além disso, muitos norte-americanos não estavam de acordo com a política de "ser duro com a Rússia", como demonstrou o conhecido discurso de Wallace pronunciado no Madison Square Garden, e não têm inconveniente em se manifestar assim. Finalmente, Stalin pôs por terra, de maneira fragorosa, a fantástica campanha de medo à guerra, declarando com toda a calma que não existe iminente perigo de guerra. Estas palavras deixaram os provocadores de guerra com o balão explodido em suas próprias mãos e numa situação difícil ante a iniciativa soviética, apoiada universalmente, pedindo uma redução de armamentos de toda classe.

EMPRÉSTIMOS COM FINS POLITICOS

Não tiveram maior êxito os imperialistas na sua política agressiva de empréstimos do que nas suas ameaças de guerra. Sua idéia inicial era que, com o monopólio de créditos financeiros em suas mãos, poderiam obrigar o resto do mundo a ajoelhar-se a seus pés. Todo



aquêle que não aceitasse as condições políticas e econômicas ditadas pela Wall Street, não conseguiria os fundos necessários à reconstrução de suas destruídas economias. Mas esta arma imperialista tampouco surtiu o efeito que dela esperavam. Os povos do mundo não vendem a Wall Street seu direito à vida por um prato de lentilhas.

O Congresso americano votou o empréstimo britânico de 4.000 milhões de dólares com a confissão esperança de que esse empréstimo serviria para conter o avanço da democracia, as nacionalizações das indústrias, o crescimento dos partidos comunistas e o desenvolvimento do socialismo na Europa. Na realidade, isto constituiu uma inversão clara da "liberdade de empre-

endimento" de Wall Street. Mas, sem dúvida alguma, o empréstimo fracassou em seus objetivos políticos. As condições onerosas em que foi concedido, produziu um antagonismo considerável em grandes setores do povo britânico e não foi capaz de derrotar a democracia nem o socialismo europeus. Os 1.000 milhões de dólares clinicamente solicitados por Leon Blum para serem utilizados como uma arma contra o desenvolvimento do sentimento comunista na França, muito menos conseguiram seu objetivo, como o demonstra o enorme crescimento do Partido Comunista francês. Da mesma forma, as negativas de empréstimos americanos à URSS, à Polónia, à Tchecoslováquia, à Jugoslávia e a outros países da Europa central e orien-

tal, não conseguiram forçar esses países a uma submissão política aos supostos conquistadores de Wall Street. Isto não significa que os empréstimos americanos não constituam uma arma poderosa; mas não são, de modo algum, tão decisivos politicamente como os capitalistas esperavam que o fossem.

Num mundo faminto, os alimentos podem converter-se numa arma poderosa. Os imperialistas de Wall Street pensaram que enquanto os Estados Unidos controlassem as reservas alimentícias maiores do mundo, com os planos de escamoteadores e malabaristas do tipo de Herbert Hoover, poderiam ditar as condições políticas e econômicas aos povos e aos países devastados. Por conseguinte, na distribuição de viveres pela U.N.R.R.A., organismo controlador pelos Estados Unidos, se levou à prática uma política de discriminação. Esta parcialidade estava dirigida naturalmente contra os povos democráticos. O pior exemplo disso, vamos encontrar nas áreas controladas pelos comunistas chineses. Embora essas regiões contenham cerca de 40 % da população da China, somente receberam dois e meio por cento de todos os abastecimentos enviados pela UNRRA para a China. Apesar dessas odiosas discriminações, a imensa maioria das nações famintas do mundo recusou vender suas liberdades em troca de alimentos.

AUMENTA O PRESTÍGIO DA URSS

O mundo de hoje não apresenta um quadro que possa alegrar os corações dos homens de Wall Street, que haviam planejado apoderar-se dele rapidamente. Embora na ONU o bloco anglo-americano domine a maioria de seus membros, não é capaz de impor soberanamente sua vontade. Certos pequenos países e países coloniais e, especialmente, a União Soviética, realizam all sua política independente. No problema da Espanha e no dos índus da África do Sul, os delegados americanos e britânicos ficaram em minoria. Estes mal podiam contar seu descontentamento ante o fato de que embora tivessem tratado de colocar a URSS num plano de potência de segunda categoria, a URSS se encontra com seu prestígio enormemente fortalecido. A União Soviética surge como o líder indiscutível da democracia mundial e dos povos oprimidos.

CONTRAÇÕES ANGLO-AMERICANAS

A posição atual do bloco anglo-americano não satisfaz, de modo algum, aos imperialistas de Wall Street. Muitos deles esperavam a imediata realização de uma

O C.I.O. Encabeça a Luta Contra a Legislação Reacionária De Truman

UM PROGRAMA DE AÇÃO POLÍTICA PARA 1948 — LEGISLADORES QUE EXECUTAM AS ORDENS DOS TRUSTES — UM PROGRAMA DE IMPOSTOS PARA ESMAGAR OS POBRES

O Congresso das Organizações Industriais (CIO) é hoje a mais poderosa central sindical dos Estados Unidos, embora tenha se formado há apenas 12 anos. Foi em 1935 que se destacou da AFL (Federação Americana do Trabalho) uma ala de operários mais avançados politicamente para formar o CIO. Nestes últimos 12 anos, orientando-se por uma mais ampla organização dos trabalhadores americanos, o CIO recebeu a adesão de numerosas e poderosas organizações sindicais, arregimentando hoje mais de 4 milhões de operários industriais. O CIO teve participação destacada na fundação da Federação Sindical Mundial, juntamente com representantes operários de outros 56 países, inclusive Brasil. Hoje, ante a investida da reação dos grupos imperialistas americanos contra o proletariado, o CIO procura congrega num só bloco toda a classe operária dos Estados Unidos, para o que já entrou em conversações com a AFL, a fim de fortalecer a necessária unificação.

O Conselho Executivo do CIO estudou o programa de ação política para o ano de 1948. Sallenta que a campanha eleitoral do próximo ano deve basear-se na atual luta diária do povo contra uma legislação que paralisaria seus sindicatos. Eis a resolução relativa à ação política adotada pelo Conselho Executivo do CIO: "Vivemos em tempo de crise para os trabalhadores e para todas as pessoas de condição modesta.

Os direitos democráticos fundamentais, o nível de vida e de bem-estar da grande massa de americanos, acham-se gravemente ameaçados.

No Congresso dos Estados Unidos, uma maioria lança-se decididamente à reação. Menosprezando a vontade manifestada pelos homens e mulheres que os elegeram para este cargo, executam as ordens dos trustes, que, cada dia mais, querem poder, privilégios e lucros a custa do bem-estar da humanidade.

Essa maioria procura destruir o que resta do programa de estabilização dos preços, suprimindo o controle dos aluguéis. Investe contra o mínimo vital que representam os salários, contra o decreto de níveis equitativos de trabalho. Orienta-se para um programa de impostos, tendentes a esmagar o pobre e que esterilizará toda a legislação dos últimos 14 anos, freando sua aplicação.

Finalmente, reconhecendo que os trabalhadores organizados são os mais firmes defensores de segurança econômica e das liberdades civis de todo o povo, concentra seus ataques contra o direito democrático dos trabalhadores de se organizarem para obter contratos coletivos e de se declarar em greve.

Fôra da publicidade em escala nacional, os legisladores dos Estados, seguem os mesmos caminhos reacionários. Seis dentre eles já promulgaram leis reduzindo os direitos dos trabalhado-



Philip Murray
res de uma maneira draconiana e outros ameaçam fazer outro tanto.

Situando-se por cima da nação, os representantes eleitos pelo povo, não parecem obedecer senão às classes privilegiadas, comprometendo seriamente os interesses do povo e a prosperidade da nação. Ameaçam resusitar o período de 1920, que começou pela via normal de Harding, para chegar à catástrofe Hoover. Se uma mobilização política muito completa e a mais firme resistência do povo — da classe operária principalmente — poderá evitar essa catástrofe.

O Comitê de Ação Política, como força política do CIO, deve desempenhar um

Demonstração de Capacidade das Massas para Defender os Mandatos Ameaçados

O COMÍCIO DA CAPITAL DE SÃO PAULO FOI UMA DERROTA DO GRUPO FASCISTA DO GOVERNO — ADEMAR DE BARROS RECUA NOVAMENTE E PROIBE O COMÍCIO DE SANTOS, OS EXEMPLOS DOS COMÍCIOS DE RECIFE, SALVADOR E NITERÓI

O comício de unidade democrática realizada quarta-feira última na capital de São Paulo foi uma demonstração não só da unidade de todos os democratas e patriotas, mas também da decisão das massas populares de lutarem contra a ditadura e pela renúncia imediata do ditador.

A representação de várias correntes políticas ao comício do Vale do Anhangabaú veio mostrar que apenas os reacionários do PSD e da UDN estão contra o povo e apolam os atos do grupo fascista contra a Constituição e a democracia. É esta a conclusão que se tem da poderosa concentração de massas no primeiro centro industrial do país, na qual preponderavam os trabalhadores paulistas, que formam hoje na vanguarda pela defesa das liberdades democráticas restantes e pela restauração das liberdades democráticas temporariamente golpeadas pelo bando fascista do poder.

Os discursos dos dirigentes comunistas Pedro Pomar e João Amazonas, as aclamações constantes ao nome de Prestes, mostram que o povo, as grandes massas, os melhores filhos da classe operária se compenetraram cada vez mais de que as palavras de ordem de «renúncia imediata do Ditador», de «defesa intransigente dos mandatos parlamentares» devem corresponder a uma ação prática e não permanecer como simples «palavras de ordem».

«A política da reação é: depois de nós, o dilúvio» — definiu o dirigente comunista Pedro Pomar. E realmente, os reacionários e restos do fascismo, os aliados do imperialismo americano sabem que é esta sua última oportunidade e que as vitórias da democracia estão mirando os alcances da reação. Daí os golpes sucessivos das últimas semanas, depois dos maiores triunfos do povo desde o começo de 1945.

Mas o deputado Pedro Pomar mostrou em seguida como pôde e deve ser detida a reação, pois que o grupo fascista do governo Dutra não encontra condições internacionais favoráveis para prosseguir por muito tempo no caminho da ditadura.

Quando ao título de «redentor» dado pelo Sr. Otávio Mangabeira ao Ditador, num assomo de bajulação, disse Pomar: «Sim, estamos redimidos, não pelo ditador, mas pela nossa capacidade de resistência física à fome, à miséria e a todas as vicissitudes que a ditadura oferece ao povo. E com o nosso amor à liberdade, à paz, à união do nosso povo que realmente salvaremos a nossa Pátria, exigindo e obtendo a renúncia de Dutra. Desejamos a democracia, mas a que está na Constituição. A democracia que garante a inviolabilidade dos mandatos dos parlamentares, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, o direito de livre manifestação do po-

vo. Desejamos o caminho que não seja o da fome e da miséria».

O discurso do deputado João Amazonas, recapitulando os numerosos atentados de caráter fascista à Constituição e à democracia, pelo grupo fascista do governo, não deixou ilusões sobre os novos atentados que se preparam aos interesses vitais do nosso povo, em favor dos interesses do imperialismo lanque.

«A pressão que o grupo fascista fez sobre o judiciário — declarou Amazonas — para cancelar o registro do Partido Comunista, é agora repetida para obter do Judiciário ou do Legislativo mais um golpe contra a democracia».

Mostrou em seguida a importância da defesa popular dos mandatos dos deputados visados pela reação e os restos fascistas, uma vez que a cassação dos mandatos será um golpe no Legislativo, que se desmoralizará definitivamente, pois ou se defenderá ou estará finda a sua missão. Se algum mandato precisa ser cassado imediatamente acrescentou Amazonas sob aclamações da massa, esse é o do Ditador, que trahiu o juramento feito de defender a Constituição.

O comício da capital bandeirante foi uma vitória do povo sobre a reação. Mas foi também um barômetro para o grupo fascista do poder e seus amigos capitulacionistas. Esperava o grupo fascista o fracasso do comício. Ante a poderosa demonstração de massas do Vale do Anhangabaú, acabou de ser proibido o comício marcado para a cidade de Santos e que deveria realizar-se sexta-feira.

Ademar de Barros, eleito pelos trabalhadores e o povo paulista, mediante o compromisso de defender a Constituição, mais uma vez trahiu o seu compromisso e fêz a Carta Magna do país. Transformado num simples interventor do bando fascista do governo central, Ademar de Barros nega aos bravos portuários de Santos, que tão bravamente souberam lutar contra Franco, o direito de manifestarem em praça pública o seu protesto contra as novas ameaças ditatoriais do governo Dutra, visando os mandatos dos parlamentares comunistas.

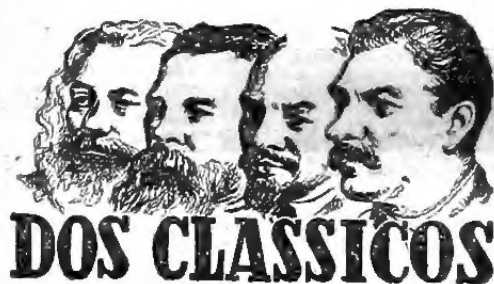
E mais um atentado à Constituição que vem convencer melhor ainda às massas populares da necessidade de intensificar a luta pela imediata renúncia do Ditador Gaspar Dutra.

CADA COMÍCIO, UMA DERROTA DA DITADURA. Também se realizaram comícios em Recife, Salvador e Niterói, os dois primeiros com a participação do deputado Maurício Graboís. Em todos esses comícios, grandes massas populares deixaram evidente a sua decisão de não ceder aos atentados da ditadura, que já conta com o apoio de capitulacionistas da marca do Sr. Otávio Mangabeira.

Apesar da aparente força que detém, a ditadura não consegue frear o movimento de massas, nem impedir que se realizem comícios. E' ver-

dade que numerosos comícios têm sido descaradamente proibidos e outros frustrados pela intimidação e ameaça de violência. A insistência enérgica dos patriotas, entretanto, vem furando o bloqueio, numerosas vezes, em diversos pontos do país.

E' necessário, pois, que os democratas e comunistas se convençam de que, apesar do regime ditatorial em que ingressou o país, é possível mobilizar as massas, em grandes demonstrações públicas, como foram os comícios de São Paulo e Recife. Convençamo-nos, também, de que cada comício, cada ato coletivo de protesto, cada conferência democrática significa um golpe na ditadura, um golpe que a faz tremer desde os alcances e acelera a sua inevitável derrocada. Afirtemos todo e qualquer pretexto, que conduza à passividade e adquiramos ao contrário, a confiança indispensável na capacidade do movimento de massas para deter a onda de novas violências ditatoriais.



DOS CLASSICOS

O Futuro Nos Pertence

Por V. I. LENIN

Depois da revolução proletária na Rússia, das vitórias dessa revolução no terreno internacional, inesperadas para a burguesia e os filisteus, o mundo inteiro se transformou, e a burguesia também se modificou, em toda parte. A burguesia está assustada pelo «bolchevismo», está irritada contra ele até quase perder a cabeça, e precisamente por isso acelera, por um lado, o desenvolvimento dos acontecimentos, e, por outro lado, concentra a atenção no esmagamento do bolchevismo pela força, debilitando com isto sua posição em outros terrenos. Os comunistas de todos os países adiantados devem levar em conta estas circunstâncias para sua tática.

Quando os «kadetes» russos e Kerensky empreenderam uma furiosa perseguição contra os bolcheviques — sobretudo depois de abril de 1917, e mais ainda em junho e julho do mesmo ano — foram além dos limites. Os milhões de exemplares dos jornais burgueses que gritavam em todos os tons contra os bolcheviques, nos ajudaram a conseguir que as massas valorizassem o bolchevismo e, ainda sem contar com a imprensa, toda a vida social, graças ao «zelo» da burguesia, se impregnou de discussões sobre o bolchevismo. No momento atual, os milionários de todos os países se conduzem de tal maneira, em escala internacional, que devemos agradecer-lhes de todo o coração. Perseguem o bolchevismo com o mesmo zelo com que o perseguiram antes Kerensky & Companhia e, como estes, ultrapassam também os limites e nos ajudam. Quando a burguesia francesa converte o bolchevismo no ponto central da campanha eleitoral, injuriando por seu bolchevismo socialistas relativamente moderados ou vacilantes; quando a burguesia norte-americana, perdendo completamente a cabeça, prende milhares e milhares de indivíduos suspeitos de bolchevismo e cria um ambiente de pânico, espalhando, por qualquer motivo, notícias de conspirações bolcheviques; quando a burguesia inglesa, a mais «sólida» de todas as burguesias do mundo, com seu talento e sua experiência, comete loucuras incaláveis, funda riquíssimas «sociedades» para a luta contra o bolchevismo, cria uma literatura especial sobre o bolchevismo, toma a seu serviço, para a luta contra o bolchevismo, um pessoal suplementar de sábios, de agitadores, de sacerdotes, devemos nos inclinar e agradecer a esses senhores capitalistas. Eles trabalham para nós, nos ajudando a interessar as massas na questão da natureza e da significação do bolchevismo. E não podem agir de outra maneira, porque já fracassaram em todas as suas tentativas de «fazer silêncio» em torno do bolchevismo e atá-lo.

Mas, ao mesmo tempo, a burguesia vê no bolchevismo quase unicamente um de seus aspectos: a insurreição, a violência, o terror; por isso se prepara particularmente para resistir e rechaçar o bolchevismo neste terreno. É possível (continua no 6.º pag.)



Aumenta dia a dia o furor da reação porque os comunistas continuam vivos, denunciam a ditadura e os capitulacionistas, defendem a Constituição e pedem a renúncia do ditador. Sonhavam os reacionários e manescentes do fascismo que com uma simples penada os comunistas deixaríamos de existir. Então, estaria aberta o caminho para as grandes negociações dos Simonsen, Morvan & Cia., para a entrega pacífica das fontes de riqueza do Brasil aos imperialistas dos lucros extraordinários. E, o que é melhor, tudo por «meios legais».

As coisas, entretanto, não estão marchando com tanta simplicidade. É certo que o grupo fascista do governo continua tramando contra as últimas liberdades democráticas, procurando transformar o parlamento numa dócil marioneta para a extinção dos mandatos dos deputados comunistas. É certo que prosseguem as negociações sobre o petróleo para apressar a sua entrega à Standard Oil. Mas é verdade também que aumenta a vigilância das grandes massas populares sobre as manobras da reação, enquanto manifestações públicas se verificam em Niterói, em São Paulo, em Recife, em grandes comícios, sentindo o grupo fascista e os capitulacionistas que sua base se desmorona à medida que o tempo corre. Vemos por um lado o Sr. Mangabeira capitular diante de uma possível candidatura à presidência da República e o Sr. Juraci Magalhães, disputar-lhe as boas graças do grupo fascista do governo. Mas assistimos no mesmo dia a uma potente via popular contra o deputado da UDN, depois de seu furioso ataque aos anti-imperialistas americanos.

E por isso o ódio da reação aumenta e os reacionários investem desesperados contra suas próprias hostes, exigindo-lhes ação imediata, inclusive pondo abaixo a máscara dos «meios legais» e usando de maior violência para «exorcizar o fantasma», como exigem, textualmente, num assomo de raiva, o jornalista Macedo Soares. A reação sente na própria carne, diariamente, o mal que lhes causa

a ação dos representantes comunistas no Parlamento. Reconhece que os comunistas têm prestígio e força moral para desfazerem, e junto às massas, as intrigas, calúnias e mentiras da imprensa «sadia». E não é por outro motivo que jornalistas do tipo de Macedo Soares reconhecem irados que, apesar de tudo, apesar inclusive dos milhões de Wall Street, os representantes comunistas insistem em viver, frequentam a Câmara, votam e são votados...

Esses senhores têm memória bem fraca. Do contrário, lembrariam que os comunistas foram postos fora da lei na França, às vésperas da entrega do país a Hitler. Mas nem por isso deixaram de lutar pela libertação do país. Sacrificaram-se 70.000 na luta subterrânea, mas hoje formam o maior partido político francês, sem cuja colaboração qualquer governo fracassará. Durante 20 anos de fascismo, Mussolini perseguiu furiosamente os comunistas na Itália, os líderes comunistas passaram cerca de 20 anos em cárceres e hoje se encontram à frente do mais numeroso partido comunista do mundo, depois do da URSS. São dois exemplos dos mais expressivos da atualidade. Se formos mais longe no tempo, encontraremos o próprio partido comunista da Rússia, no tempo do tsar, depois da Revolução esmagada de 1905, na mais terrível ilegalidade, inflando na vida política do país. «Desde 1905, diz Lenin, defenderam sistematicamente a aliança da classe operária com os camponeses, contra a burguesia liberal e o

Rui FACO

tsarismo, mas não se recusaram a mimar, ao mesmo tempo, a apoiar a burguesia contra o tsarismo (nos empates eleitorais, por exemplo).... Em 1907, os bolcheviques constituíram por pouco tempo um bloco político formal com os «social-revolucionários» para as eleições da Duma. Muitos outros exemplos de alianças políticas entre os comunistas e os setores menos reacionários das classes dominantes da Rússia tsarista são citados por Lenin (1). E demonstrando a vitalidade jamais vencida dos comunistas no país considerado então como «gendarme da Europa».

Deveriam recordar, também, os tristes reacionários nacionais, que até 1945, os comunistas eram, no Brasil, apenas 4.000, e constituíam assim mesmo uma força ponderável, que influiu no movimento sindical, quando os trabalhadores na luta pela conquista de suas reivindicações; orientavam politicamente massas consideráveis, criando entre elas um elevado espírito de combate ao fascismo e à ditadura; propugnavam, através de organismos legais, como a Liga da Defesa Nacional, pela formação de um corpo expedicionário que fosse lutar de armas nas mãos contra os nazistas; participavam na vanguarda de movimentos como a Anistia para os presos políticos, sendo vitórias as principais demonstrações de massas pela democratização do país. No entanto, milhares de atestados de óbito do movimento comunista no Brasil haviam sido assinados...

Em 1921, até o fim da «liberdade» quando a polícia de Filinto Costa e os comunistas que matara e prendia com o Partido Comunista, com o movimento comunista. Milhares de solenes declarações haviam sido feitas de que «no Brasil não há clima para o comunismo», e outras igualmente cretinas.

No entanto, em apenas dois anos de legalidade, o movimento comunista no Brasil cresceu em extensão e profundidade como em nenhum outro país do continente. De 4.000, os comunistas são hoje 200.000. E o atual desesmorecimento da reação e do grupo fascista do governo demonstra apenas a crescente fraqueza e desmoralização das forças políticas das classes dominantes, enquanto se multiplicam as forças da democracia e do progresso.

Todos os últimos acontecimentos políticos mais importantes da vida do nosso país tiveram a participação ativa dos comunistas. Todas as principais vitórias democráticas resultaram de uma ação combativa dos comunistas como força de vanguarda. Hoje, é impossível ao povo e em particular aos trabalhadores desligar a ideia de democracia e progresso dos princípios defendidos pelos comunistas. Os últimos acontecimentos vieram comprovar, na prática, que era realmente o Partido Comunista o sustentáculo principal da democracia. Os acontecimentos próximos, em qualquer sentido, só farão reafirmar esta verdade. E é claro que um povo que conhece os métodos de terror fascista de uma ditadura, um povo que lutou contra o fascismo de armas nas mãos, dará sempre força aos comunistas para a luta contra a ditadura atual, dentro ou fora do parlamento, em qualquer circunstância, convencido da vitória final da democracia e do esmagamento completo e definitivo dos «novos boches, lanças» e seus instrumentos em nossa Pátria.

(1) — «A doença infantil da esquerda no comunismo».

A "CLASSE OPERARIA"

Diretor Responsável:
Maurício Graboís
Redação e Administração:
AV. RIO BRANCO, 257
17.º and. — Sala 1711 — 1712
Rio de Janeiro — Brasil — D.F.
ASSINATURAS:
Anual Cr\$ 30,00
Semestral Cr\$ 15,00
Número avulso Cr\$ 9,50
Através Cr\$ 1,00

HIGIENIZAÇÃO
HABITAÇÃO!
ÁGUA
TRANSPORTE!

Trabalhador:

A CLASSE OPERARIA é o seu jornal. Faça através dele as suas reivindicações e de seus companheiros. Ele lhe ajudará a lutar pela vitória dessas reivindicações. Escreva hoje mesmo para a nossa redação sobre as suas condições de vida, seu salário, as necessidades de sua família. O nosso endereço é: Avenida Rio Branco, 257 — Sala 1711 — Rio.

O Imperialismo Americano será Derrotado

(Conclusão da 4.ª pag.)
 aliança agressiva anti-soviética entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, a qual arrastaria atrás de si os demais países capitalistas, segundo a linha propagada por Winston Churchill, ou pelo menos um pacto político mediante o qual a Grã-Bretanha marcharia docilmente a seu lado, como sócio menor dos Estados Unidos, para fazer o jogo dos capitalistas de Wall Street.

Mas, é indubitável, nada disso se materializou. O povo britânico, à exceção dos capitalistas traidores e dos laços da social-democracia, não aceitava a ideia de converter-se num satélite ou num joguete dos Estados Unidos, enquanto os imperialistas americanos iam, pouco a pouco, dividindo o império britânico em pequenos pedaços. Numerosos ingleses, entre os quais se encontram grandes setores dos Sindicatos e do Partido Trabalhista, vêem com desgosto a política pró-americana e anti-russa de Berlim, e estão exercendo uma forte pressão contra ela. Estes setores não desejam outra guerra. O que querem é desenvolver relações mais estreitas com a URSS. Ao lado disso, os capitalistas britânicos, ignorando as exigências americanas de comércio livre, estão se movimentando ativamente para proteger os mercados do Império contra a vigorosa competição americana. Estas contradições e antagonismos anglo-americanos debilitam a eficácia do bloco das duas potências para conseguir o controle imperialista do mundo.

IMPOSSÍVEL O ISOLAMENTO DA URSS

A situação da Europa central e oriental não é também muito agradável aos imperialistas de Wall Street. Com toda a sua pressão econômica e política, não foram capazes de conter o crescimento da democracia nessas vitais regiões europeias. Em todos esses países existem partidos comunistas vigorosos, e por toda parte os povos estão decididos a criar muitos mais regimes democráticos do que os que existiam antes da guerra. Alguns deles marcham já para o socialismo.

Um dos objetivos mais importantes perseguidos pela diplomacia anti-americana na Europa oriental, era levantar, ao longo das fronteiras ocidentais da URSS, uma barreira de Estados hostis e reacionários, isto é, tratar de repetir a política do "córdão sanitário" dos tempos de pré-guerra. O tipo de Estado que os imperialistas haviam concebido para dar início a esse plano está refletido no regime ultra-reacionário que estão mantendo na Grécia com suas balotas e com seu ditador. A longa luta que travaram para impor ao povo polonês o "governo semi-fascista de Londres", constitui um exemplo dos esforços decididos que realizaram para evitar o progresso da marcha democrática naquela região do Leste europeu. O fracasso no restabelecimento do "córdão sanitário" foi uma verdadeira derrota para o imperialismo em geral. Os Estados fronteiriços da URSS, em vez de um baluarte do fascismo, como o foram antes da guerra, são agora, do Mar Negro ao Adriático, fortalezas da democracia mundial e do socialismo.

LUTAM OS POVOS COLONIAIS

Tentativas análogas para organizar um bloco anti-soviético com os Estados da Europa ocidental fracassaram também. E se voltamos a vista para os países colo-

niais e semi-coloniais, veremos que as condições que nesses impérios são de tal natureza que estão inundando de pânico o coração dos imperialistas. Os povos do próximo, do médio e do longínquo Oriente marcham para a sua libertação nacional. Índia, Indochina, Indonésia, Birmânia, Coreia, Egito, Palestina, Síria, etc., se agitam em poderosos movimentos de independência. Os habitantes dessas vastas regiões — mais de um milhão — estão rompendo gradualmente as cadeias da escravidão capitalista-imperialista.

Nesta situação, os imperialistas britânicos, franceses, holandeses, belgas e americanos estão tratando, por todos os meios, de salvar o que podem. A política americana, especialmente na China, não tem tido o êxito esperado. Embora com a ajuda de soldados e marinheiros americanos e com envio de viveres equivalente a 4.000 milhões de dólares tenham conseguido aparelhar o governo de Chiang Kai Shek e reduzi-lo à categoria de Estado títere dos Estados Unidos, não foram capazes de conquistar seu principal objetivo, isto é, a derrota do importante movimento de libertação popular de Yenan. Pelo contrário, os agentes da burguesia americana estão dizendo agora que os comunistas se encontram em condições, na guerra civil que os americanos provocaram de continuar a luta, em grau crescente, por um espaço de tempo não inferior a quatro anos e que bem poderiam ser finalmente vitoriosos sobre Chiang Kai Shek.

DIFICULDADES NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, a política imperialista de Wall Street também tem encontrado dificuldades inesperadas. Os povos ao sul do Rio Grande não formam, em absoluto, um bloco dócil de votos da ONU, como o haviam calculado os manipuladores de Wall Street. Além disso, os povos latino-americanos estão opondo uma resistência evidente a outros desígnios acariciados pelos imperialistas de Wall Street; resistem igualmente à chamada Carta Econômica latino-americana de Clayton, formulada em Chapultepec — em virtude da qual a indústria desses países estaria à mercê da poderosa indústria norte-americana — e aos planos de Truman de padronização dos armamentos e da instrução militar em todo o Continente americano, o que de fato colocaria essas nações sob a dominação militar dos Estados Unidos. Como as nações coloniais e semi-coloniais, os povos da América Latina começam a sentir os efeitos do ressurgir da democracia mundial, depois da vitoriosa guerra anti-nazista. Os imperialistas de Wall Street se acham consternados ante o desenvolvimento do espírito de independência.

CONTINTEM OS IMPERIALISTAS

É evidente que os imperialistas de Wall Street não podem conseguir uma vitória mundial tão rápida como esperavam. Wall Street não conseguiu deter a inclinação mundial para a escuridão e seu lema central de "liberdade de empreendimento" foi desacreditado numa escala universal. Seus passos para apoderar-se do controle do mundo em benefício dos Estados Unidos foram definitivamente contidos pela resistência dos povos democráticos, os quais, depois de derrotar os escravizadores hitleristas, se recusam submeter-se ao jugo de Wall Street. Apesar da política agressiva desses grupos, se alcançou um progresso considerável na ONU pa-

ra o estabelecimento de uma paz de compromisso.

Mas seria imprudente concluir de tudo isso que o perigo imperialista, com suas terríveis complicações de caos econômico, fascismo e guerra, passou. Pelo contrário, ainda se acha premente a ameaça. É um fato que o governo dos Estados Unidos se encontra agora sob o controle dos republicanos reacionários de tipo de Hoover-Dewey-Vandenberg, e que os semi-fascistas McCormicks, Hearst, Patterson e Bricker desempenham um papel cada vez mais importante. Estes elementos e seus amigos do Sul — os partidários do imposto eleitoral — têm como perspectiva fazer dos multi-milionários de Wall Street os ditadores do mundo. Estes mesmos grupos esperam aumentar mais ainda sua influência política com a conquista da Presidência em 1948. Para apoiar suas ambições imperialistas, contam com as frotas de guerra naval e aérea maiores do mundo, as maiores reservas de capital e alimentos, a mais extensa produção industrial. Estes elementos consideravam como inevitável uma guerra anti-soviética, e sem cessar vêm se preparando para provocá-la e para fazê-la. A política exterior dos Estados Unidos não cessará de constituir um grande perigo para a paz mundial, até que não tenha sido reformada, através de ação das massas democráticas norte-americanas.

UMA POLÍTICA CONTRA O POVO AMERICANO

O povo americano, e especialmente o movimento operário, deve compreender com mais clareza o fato fundamental de que a atual política exterior de nosso governo não é uma política nacional. Não é uma política traçada em benefício dos interesses do povo americano. Bem ao contrário: Visa principalmente aumentar os lucros e o poder dos magnatas de Wall Street. O imperialismo desses grupos é contrário aos interesses mais vitais do nosso povo. As massas trabalhadoras dos Estados Unidos sabem que a política interna desses grupos imperialistas é voraz, e contra essa política de expansão estão travando incessantes lutas. No entanto, ainda não conhecem suficientemente bem o fato de que esses mesmos capitalistas estão também ditando a política externa dos Estados Unidos, e que são tão capazes na política externa como vorazes na política interna. Muitos trabalhadores têm sido enganados com palavras hipócritas de patriotismo. De compreensão entre os anti-imperialistas e da ação do povo norte-americano, é dependente que o mundo conquiste uma paz duradoura ou que desembogue numa terceira guerra mundial. Se permitirmos aos multi-milionários de Wall Street continuarem ditando e impondo nossa política externa e interna, como o estão fazendo agora, e em forma crescente, então não há dúvida de que o mundo terá que enfrentar perigos cada vez maiores do fascismo e de guerra mundial.

A maior ameaça à paz e à democracia mundiais está centralizada nas atividades dos tristes e dos capitalistas de Wall Street. Daí a importância extraordinária de sua derrota, juntamente com seus satélites políticos republicano-democratas nas batalhas legislativas do atual Congresso e especialmente nas eleições de 1948. O povo americano é fundamentalmente contrário ao imperialismo e aos tristes, e responderá aos apelos da luta pela democracia e contra o imperialismo.

UNIAO PARA A LUTA E A VITÓRIA

Mas, para que os imperialistas de Wall Street sejam derrotados no exterior e dentro do próprio país, o movimento operário organizado terá que capacitar-se de mais alta compreensão política e da unidade de ação mais poderosa da história. Os sindicatos devem eliminar suas lutas internas e, unidos, lançarem-se à luta contra a política exterior imperialista e contra a legislação reacionária do oitavo Congresso. Não devem poupar nenhum esforço na preparação para infligir uma verdadeira derrota à reação nas eleições do próximo ano. O resultado da nossa luta será de importância decisiva para o mundo.



A NOBREZA

95 — Uruguiana — 95

O C.I.O. ENCABEÇA A LUTA

(Conclusão da 4.ª pag.)

papel importante nesta luta. A atitude da CIO será determinada pela do corpo legislativo, diante dos problemas vitais da atualidade. Sua missão consiste em orientar os seus filiados em todas as comunidades, na luta para alcançar seus objetivos, organizar seus membros nas oficinas, no distrito, a circunscrição e a arrematagem em tropas de choque, formando a vanguarda dos batalhões de cidadãos que façam ouvir sua potente voz nos palácios legislativos da Nação.

Chegou o momento de pedir contas aos nossos legisladores. Chegou o tempo de recordá-los, à força, que sua primeira e única obrigação é servir aos interesses de toda a Nação.

A resposta dos trabalhadores e do povo aos candentes problemas legislativos que atualmente se impõem, determinará a posição das respectivas forças nas eleições de 1948. A luta que desenvolvemos atualmente para obter esses resultados e a que realizaremos por ocasião das eleições de 1947, determinará o gênero de programas e de candidatos que os principais partidos apresentarão nas eleições do ano próximo. Os pontos de partida para a derrota da reação e para uma vitória progressista nas próximas eleições nacionais, devem ficar assinaladas nas campanhas legislativas e nas eleições de agora.

E por isso, o Comitê Político do CIO decide que deve:

- 1.º — Intensificar o trabalho de mobilização dos membros da CIO, de suas famílias e de seus vizinhos, em todas as comunidades, para uma campanha geral que tenha como objetivos:

a) — A derrota de toda a

SOPRE: USE HERVAS MEDICINAIS DO
HERVANARIO MINEIRO
 Fundado em 1917
 Compramos de todas as regiões do Brasil: Ervas Mediciniais secas, cascas, raízes, folhas, flores, cipós, bulbos, sementes, óleos, resinas, etc., de fornecedores realmente especializados.
 Nota: Fazemos expedições pelo Recombolao Postal
G. Seabra
 Rua Jorge Rudge, 112 — Tel. 48-1117 — Rio de Janeiro

O FUTURO NOS PERTENCE

(Conclusão da 5.ª pag.)

vel que em alguns casos isolados, em alguns países, em tais ou quais períodos breves, o consigam; devemos contar com essa possibilidade, que não tem para nós nada de temível. O comunismo "brota" em todos os aspectos da vida social, manifesta-se decididamente por qualquer motivo, o "contágio" (para empregar a expressão preferida pela burguesia e pela polícia burguesa, e a mais "agradável" para ela) penetrou muito profundamente em todos os poros do organismo e o impregnou por completo. Se se "obtura" com zelo particular uma das saídas, o "contágio" encontrará outra saída, às vezes completamente inesperada; a vida triunfa por cima de tudo. Que a burguesia se sobressalte, se irrite até perder a cabeça, que ultrapasse os limites, que cometa loucuras, que se vingue de antemão dos bolcheviques e se enfureça em aniquilar (na Índia, na Hungria, na Alemanha, etc.) centenas, milhares, centenas de milhares de bolcheviques de amanhã ou de ontem; assim agindo, procede como todas as classes condenadas pela história a desaparecer. Os comunistas devem saber que, em todo o caso, o futuro lhes pertence, e por isso, podemos (e devemos) unir o máximo de paixão, na grande luta revolucionária, à apreciação mais fria e serena dos furiosos arrancos da burguesia. (V. I. Lenin — "O esquerdismo, doença infantil do comunismo", abril de 1920).

Ajude a defender os interesses dos trabalhadores e do povo: Faça uma assinatura de **A CLASSE OPERARIA**

Indicador Profissional

ADVOGADOS

Sinval Palmeira
 ADVOGADO
 Av. Rio Branco 106 — 15.º and.
 Sala 1512 — Tel. 42-1138

Lucio de Andrade
 ADVOGADO
 Avenida Erasmo Braga 28 — sobre-loja — 9 às 12 e 16 às 18 horas

Letelba Rodrigues de Brito
 ADVOGADO
 Ordem dos Advogados Brasileiros — Inscrição n.º 1.302
 Travessa do Ovidor 32 — 2.º andar — Tel. 23-4295

Aristides Saldanha
 ADVOGADO
 Travessa Ovidor n.º 17 — 2.º Tel. 43-5427 — Das 17 às 18 h.

MÉDICOS

Dr. Augusto Rosadas
 Vias urinárias, Anos e Rebo Diarréias, das 9 às 11 e das 13 às 19 horas
 Rua de Assembleia 38 — 4.º and. — Sala 48 — Tel. 23-4852

Dr. Campos das Neves
 M. V.
 Médico — Clínica Geral
 Edifício Odeon - 12.º - S/ L/M

Francisco de Sá Pires
 Docente de clínica psiquiátrica, doenças nervosas e mentais
 Edifício Porto Alegre — Sala 815 — Tel. 22-5864

Dr. Sydney Resende
 EXAME DE BANGUE
 Rua São José 118 — 1.º andar
 Fone 43-3080

Leiam **JORNAL DE DEBATES**. Em todas as bancas

OPERÁRIOS
 Para sua esposa, para seus filhos, as alegres viagens no **"TREM DA ALEGRIA"** com o maquinista — HERBER DE BOZCOLI a foguista YARA SALES — o guarda-freio — LAMARTINE BADO o famoso — TRIO DE OBRAS
 Agora diariamente no **CARLOS GOMES**

Contra a "Nova Ordem"...

(Conclusão da 1.ª pág.)

no Truman" visa submeter os países da América Latina, inclusive militarmente.

Se o "Plano Marshall" visa realmente a reconstrução dos países europeus, por que foi recusado um empréstimo americano à devastada Polónia? Por que se suspenderam os envios sob a lei de "empréstimos e arrendamentos" à União Soviética, que teve cidades inteiras, em grande número, completamente destruídas, perdeu boa parte de seu parque industrial e foi saqueada em 12 milhões de homens, enquanto os Estados Unidos só fizeram lucrar com a guerra?

Assim, o "Plano Marshall" aparece como parte do plano geral imperialista de dominação sobre os povos economicamente fracos. É claro que seria um crime apoiar tal plano, que visa de fato destruir a democracia renascente na Europa e fortalecer as forças da reação e os restos do fascismo, como instrumento para a ação do imperialismo anglo-americano.

Os povos europeus já compreenderam isto, e sua experiência na luta contra a "Nova Ordem" de Hitler os levará também à vitória sobre a tentativa de implantação da "Nova Ordem" de Truman-Marshall.

O LEITOR ESCRIVE

(Conclusão da 3.ª pág.)

dos ferroviários, que foi a única classe que ainda não teve benefício nem quem falasse a nosso favor dentro dessa Câmara de Deputados. (ss.) João Maximiano, Adriano Rodrigues, Claudionor Mattos, Juliano Batista, Clementino Correia, Raimundo Batista, Alberto Cunha, Fernando Oliveira, Julio da Sil-

veira, Valdemar Flores, Rafael Rodrigues, Agostinho Leal, Osmar Gonçalves, Felisberto Gomes, Alcides Oliveira.

**LEIAM
na quinta-feira
A MANHA**

O Mundo Em Sua Casa...

Rádios de 1946 desde Cr\$ 500,00 de entrada
AV. MARECHAL FLORIANO, 139

Telefone 43-8042 — O portador deste anúncio terá 100% de desconto.

A Cassação Dos Mandatos Será o...

(Conclusão da 3.ª pág.)

dos sentimentos e da vontade do povo brasileiro. Se assim é, a Câmara tem o dever de influir eficazmente, como órgão principal e direito da opinião e da soberania nacional nos atos, movimentos e inspirações da política do País. Espero não precisar repetir aqui o que dizia em 1916 o Deputado gaúcho nesta Casa, Pedro Moacyr: Que ela "não se veja reduzi- da a uma chancelaria subalterna do Poder Executivo, recebendo dela a cada momento o santo e a senha para resolver as mais secundárias questões: "Dizia ele, falando contra o estado de sítio: "O Congresso que funcionar debaixo desta última prorrogação do estado de sítio sem se ocupar deste assunto, sem protestar contra essa medida ditatorial, sem pô-la abaixo solenemente, enérgicamente, patrioticamente, não é mais o Congresso, é uma associação castrada, é um Congresso que funciona apenas à miserabilidade do Poder Executivo, graças ao desprezo do Poder Executivo."

Para que não precisemos chamar, como Silveira Martins, "Câmara de serviz."

"NÃO SEREMOS SERVIZ"

Mas não seremos serviz!

A maior ameaça é pois à democracia, a todos os sinceros democratas com assento nesta Casa. A nós comunistas, as ameaças não assustam nem conseguiram afastar nem um só milímetro da linha que seguimos em defesa da Constituição. Não temos o feticheismo

da legalidade e já sabemos como lutar contra a tirania em quaisquer circunstâncias.

No Parlamento, ou fora dele, continuaremos imperturbáveis a luta contra a ditadura, pelos interesses do povo, contra a venda do Brasil ao imperialismo, pela ordem constitucional. Dirigimo-nos a todos os democratas, para alertá-los, para dizer-lhes que mais vale lutar agora, desde já contra a ditadura, do que ceder hoje, à custa dos mandatos dos comunistas, para ter afinal que sofrer amargura às perseguições e às brutalidades, quando não quisermos ou não pudermos ceder mais ao plano inclinado das indignidades e humilhações que nos trarão a tirania e o fascismo.

Dirigimo-nos a todos os democratas, de todos os partidos, inclusive os dirigentes do P.S.D., do partido majoritário, para dizer-lhes que resistam a grupo de aventureiros fascistas que querem comprometer a moralidade pública, desmoralizá-la como já conseguiram desmoralizar os inefáveis da Comissão de Juristas, e assim golpear a democracia e a Constituição. Nem o senhor Dutra, nem o sr. Cabral, por mais que falem em nome das forças armadas da Nação, não as representam nem podem com elas ameaçar o poder Legislativo e a Constituição.

São muito poucos em nossas forças armadas os energéticos capazes de fazer no

Os Comunistas Lutam por 100% de Aumento

(Conclusão da 8.ª pág.)

nals, pois leva o país não ao progresso, mas ao atraso, não ao bem-estar, mas à miséria. Esses princípios econômicos aliás não são novos, são bastante antigos. E estão de acordo com os interesses de uma pequena minoria que vive à custa da grande maioria do nosso povo. Talvez isto para V. Excia. seja também palpável, mas para nós são princípios.

EM FAVOR DOS CAM- PONESES

Há ainda mais, Sr. Presidente, no parágrafo único do art. 8.º, afirmamos o seguinte:

"O salário mínimo pago em dinheiro não será inferior a 50% do salário mínimo fixado para a região ou zona."

Víamos aqui ao encontro das necessidades mais imediatas dos assalariados agrícolas, fixando em normas justas o pagamento do salário mínimo. Trata-se de questão importante, porque no campo, o empregador para fugir ao cumprimento da lei, alega sempre o fornecimento ao empregado das utilidades que constituem o salário mínimo e, assim, nada ou quase nada lhe paga em dinheiro. Conhecemos bem essa realidade e quero invocar o testemunho insuspeito do sociólogo patriótico, Sr. Vasconcelos Torres, sobre as condições de trabalho no campo:

"Ajuda possuimos regiões onde o fazendeiro é o supremo ditador, exercendo como nos tempos coloniais, as funções de polícia e de juiz. Até há bem pouco tempo, no Sul da Bahia, nas terras do cacau, a servidão era tal que o homem se anulara por com-

pleto, perdendo até o direito de viver trocando pela obrigação de trabalhar. O mesmo acontecia na Amazonia, onde o explorado seringueiro nada recebia, ficando devendo sempre ao gerente do barracão, impossibilitado de abandonar o seringueiro."

Por isso estabelecemos taxativamente que qualquer que seja o pagamento em utilidades nunca o trabalhador deverá receber menos de 50% em dinheiro.

SALÁRIOS DE FOME

Já o Sr. Vasconcelos Torres, fazendo um estudo nas regiões canavieiras do País, verificou que a grande massa de operários das usinas de açúcar vem sendo prejudicada nos benefícios decorrentes da atual lei do salário mínimo. Como efeito, logo após ser baixada a lei, em 1940, as usinas de açúcar passaram a cobrar aos trabalhadores algozinhos pelas casas em que residiam e pelas quais antes nada pagavam. O aluguel é sempre correspondente ao salário que o trabalhador deveria receber, de modo que o salário continuou o mesmo, sendo agravado pela elevação considerável do custo de vida. São salários miseráveis, insuficientes para as necessidades mais prementes dos assalariados agrícolas que, além do mais são vítimas dos famosos barracões das usinas. São salários de 2,30 cruzeiros para o trabalhador rural e de 4,10 cruzeiros para o operário industrial. Esse é o salário pago na usina de Terra Nova, no Estado da Bahia, de propriedade da firma Magalhães & Cia. que monopoliza o açúcar bahiano da qual o Sr. Clemente Mariani é advogado. Numa tal situação, o trabalhador nunca recebe nada; fica sempre devendo e na miséria.

SALÁRIOS DO MENOR E DO APRENDIZ

Sr. Presidente, não poderíamos, num projeto referente ao salário mínimo, esquecer que 53,5% de nossa população é constituída de brasileiros menores de 19 anos que trabalham em todos os setores da produção. Quatro milhões, ou seja 40% trabalham na agricultura e na pecuária, na indústria, no comércio e nas atividades sociais. E são quatro milhões de menores que recebem salários míseros, sem ter direito à aprendizagem. Por isso, procuramos defender no artigo 8.º os direitos dos jovens:

"O salário mínimo do menor ou aprendiz não poderá ser inferior a 50% do fixado para o trabalhador adulto, equiparando-se, entretanto, o salário do menor ao do adulto quando igual for o trabalho."

Procuramos, com isso, corrigir, de acordo com os atuais preceitos constitucionais, um das maiores erros de nossa legislação trabalhista — que é não elevar o salário mínimo do menor ou aprendiz à altura da remuneração do adulto, quando o trabalho for igual. Por outro lado, determinamos que o salário mínimo do menor não poderá ser inferior a 50% do fixado para o adulto, porque não podemos fechar os olhos diante dos salários de fome negos.

AUMENTO DO PODER AQUISITIVO

A um aparte do Sr. Carlos Verral sobre os salários em São Paulo, respondeu Arruda:

— Mas o que V. Exa. declarou sobre o Interior de São Paulo, ocorre também aqui, na Capital da República, onde a maioria dos salários não ultrapassa de 500 cruzeiros. Sejam mais precisos: existiam, em 44, no Distrito Federal, 146.721 operários industriais e de 410 cruzeiros o salário mínimo. Pois bem, existiam 82.034 operá-

rios que não ganhavam além de 500 cruzeiros. Sendo o salário mínimo de 410,00 cruzeiros, temos 53.500 operários com salários que variam entre 400 e 500 cruzeiros, outros deputados. E somente 7.423 operários ganham mais de mil cruzeiros! Que mais é preciso dizer? O projeto de lei apresentado agora, por nós comunistas, tomando em consideração o elevado custo de vida, representa, efetivamente providências das mais patrióticas, porque dotará uma enorme parcela de nossa população de maior poder aquisitivo.

Sr. Presidente, há ainda mais: no art. 13 estabelecemos os bons pontos de vista sobre a necessidade de elevação imediata do salário mínimo. O art. 13 diz o seguinte:

"Para os efeitos desta lei, e a partir da data da sua publicação, os valores constantes das tabelas anexas aos Decretos-leis n.º 8.977 e 8.978 de 10 de novembro de 1943 vigorarão acrescidas de 100%."

Esta é uma das medidas mais importantes no que se refere ao problema dos salários no país, pois procuramos fazer com que os salários mínimos atuais dobrem, a fim de elevar o nível de vida da grande massa trabalhadora e, em consequência, seu poder de compra e sua produtividade.

DESMASCARANDO O SR. SIMONSEN

Evidentemente, Sr. Presidente, tratando do problema do salário mínimo, não podemos deixar de fazer referência ao Sr. Simonsen quando, por ocasião do discurso do senador José Americo, afirmou que via muitos menores no Senal em São Paulo, desfalcarem de fome. Sim, o Sr. Simonsen é muito contraditório, porque logo em seguida, como que esquecendo as suas afirmações proferiu um discurso no Senado Federal, que é uma denúncia para sua condição de representante do povo paulista, porque, além de calunioso, é falso do princípio ao fim. O Sr. Simonsen, diante do pedido de aumento de salários os da necessidade patriótica de defender a indústria nacional, prefere caluniar os operários ou despedirlos injustamente, preferir ficar com seus patrões estrangeiros, pagando por merceda ditatorial. E faz afirmações que não pode provar em momento algum. Uma delas é que os comunistas, que são uma força progressista e lutam intrinsecamente pela defesa da indústria nacional, estão entravando e sabotando o desenvolvimento de nosso parque industrial particularmente em São Paulo.

Sr. Presidente, isto é uma infâmia digna de Von Tiesen ou de Bata. Todas as condições livres não poderão deixar de se revoltar diante de tão monstruosa calúnia ao glorioso proletariado paulista.

Sr. Presidente, o Sr. Simonsen jamais poderá provar a sua afirmativa, nem mesmo com os relatórios de seus boleguins policiais. Como representante do proletariado e do povo de São Paulo, repito o Sr. Simonsen a provar o que afirmou, porque, do contrário, ficará conhecido como um calunizador vulgar.

O Sr. Tristão da Cunha — Permita-me V. Exa. um aparte. O Sr. Simonsen também é comunista, e sem saber. É partidário da economia planificada.

O SR. DIOGENES ARRUDA — O Sr. Simonsen ao contrário é um dos líderes mais reacionários da Federação das Indústrias, sendo, ao mesmo tempo um dos tubarões dos lucros extraordinários que sustentaram o Estado Novo e apolam agora o atual governo ditatorial do Sr. Dutra. Governo que proíbe a exportação de tecidos e de arroz, que permite a elevação constante dos preços dos gêneros de pri-

meira necessidade, que permite a liquidação de nosso país, o Sr. Simonsen não é comunista, mas sim, é um representante da burguesia, que fecha os olhos, que profita a juventude da se organizar, que assiste de braços cruzados o desmoronamento de milhares de operários, enfim, que nega a Constituição que fere, defende. Isto que o Sr. Simonsen afirma não é governo, é desmoronamento, é distúrbio.

A afirmação do Sr. Simonsen em sobre sabotagem na indústria, é igual àquela outra, também caluniosa, sobre a posição dos comunistas, em São Paulo, em 1944, quando do visita de um contingente de marinheiros americanos. Declarou S. Exa. que foram os comunistas que inflaram o povo contra os japoneses. Isto não é verdade. Naquele momento, os comunistas, que nunca foram desordeiros, estavam lutando pelo esforço de guerra, lutando para que fosse dada ajuda efetiva às nossas gloriosas Forças Expedicionárias. Foram, sim, os italianos adeptos de Mussolini, foram os integralistas, foram os traidores da Pátria ou talvez os agentes do Sr. Simonsen, quem promoveram desordem contra marinheiros de "Átria". Roosevelt, desordens que foram condenadas pelos comunistas e por todos os patriotas.

Ora, estas afirmações caluniosas, são iguais às que fez o Sr. Simonsen relativamente à posição dos comunistas dentro das fábricas. A nossa posição em defesa da indústria nacional, pelo aumento da produção e por uma política de cooperação entre operários e patrões, ficou clara: não definida no Pleno Comitê Nacional do Partido Comunista, em Dezembro de 46.

O senador Luis Carlos Prestes, nosso líder máximo, tinha inteira razão quando afirmou que a nossa orientação iria mostrar na "prática e teoria" a Nação de que lado estão os patriotas, os que mais se sacrificam pelo progresso do Brasil e, de outro lado, quais os traidores, os sabotadores da produção nacional, os que se colocam contra a solução pacífica dos problemas nacionais, os que defendem seus interesses egoístas e imediatistas contra os interesses superiores da Nação.

O Sr. Simonsen, portanto, não nos atinge, com suas calúnias e provocações. Ele não fez senão desmascarar-se.

A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS

Sr. Presidente, apresentando o projeto de lei sobre salário mínimo, creio que é o momento preciso para colocarmos claramente a nossa posição de patriotas intransigentes, posição que indica que os comunistas, fora o dentro do Parlamento, lutaram e lutarão sempre pelo aumento de salários, pela livre organização da classe operária, pela reivindicação mais sentida das grandes massas, pelo cumprimento dos princípios constitucionais, porque essa é a melhor maneira de defender a nossa indústria, o bem-estar de nosso povo, a soberania de nossa Pátria.

Sr. Presidente, com a aprovação do projeto de lei da bancada comunista, poderemos repetir o que se lê no anúncio "Brasil" do Ministério do Exterior: "Os fatos revelam o acerto da decretação do salário mínimo, que veio concorrer para a melhoria das condições do mercado interno, determinando um ligeiro aumento da riqueza pela aceleração no giro das utilidades".

Sr. Presidente, era este o discurso que me cabia proferir nesta Casa, como representante do povo, encarnando do projeto de lei que institui o salário mínimo para o trabalhador e sua família em todo o território nacional. (Muito bem; muito bem. Palmas).

A FRENTE ÚNICA PRECISA SER...

(Conclusão da 1.ª pág.)

pendência política firme e definida. São muitos os que desejam a renúncia de Dutra, mas não se convenceram de que é preciso exigí-la através de ações políticas organizadas. A frente única, só poderá se concretizar no plano político, não com a expectativa espontânea ou a perspectiva do golpe, mas com a decidida pressão das massas, com o revigoramento da luta organizada de massas em todo

o país, através dos órgãos de classe, das comissões de defesa da Constituição, do combate ao câmbio negro e à miséria, da luta contra a ditadura em todos os terrenos, desde as pequenas reivindicações aos grandes atos coletivos, aos comícios e aos protestos multiplicados.

A frente única, assim forjada, levará a ditadura à mais completa derrota.

OS COMUNISTAS LUTAM PELO AUMENTO DE 100% NO SALÁRIO MÍNIMO

Na sessão da Câmara Federal, a 9 de junho corrente, deputado Diógenes Arruda apresentou, em nome da bancada comunista, importante projeto de lei determinando um aumento de cem por cento para o salário mínimo atual, em todo o país, inclusive para os trabalhadores do campo, cujos salários em dinheiro não deverão ser inferiores a 50% do total. Reproduzimos aqui os principais trechos do documentado discurso do representante comunista:



"Sr. Presidente, Senhores Deputados. Efectivamente, a instituição do salário mínimo foi uma importante conquista do proletariado, através de duras lutas. O salário mínimo também constitui, incalçavelmente, um avanço nas conquistas sociais de nosso tempo. Mas, não se pode negar que, entre nós brasileiros, a sua adoção muito deixou a desejar. Ao invés de enfrentar o problema, trataram de controlá-lo habilmente com paliativos. E isto podemos provar com relativa facilidade. Em nossa justificação ao projeto de lei apresentamos três fatores fundamentais que esclarecem os erros cometidos por ocasião da instituição do salário mínimo em nossa Pátria. São os seguintes:

1º — O salário mínimo atualmente em vigor foi teoricamente calculado, considerando-se apenas como necessidade vital do trabalhador, a alimentação, a habitação, a higiene e o transporte. Não se levaram em conta outras necessidades também indispensáveis à vida, como a recreação e a cultura.

2º — O salário mínimo foi fixado atendendo tão somente às necessidades individuais do trabalhador. Esse fato acarreta consequências prejudiciais, pois para a sua subsistência, reduz forçosamente, pelo desgaste físico duplo, do trabalho e da sub-alimentação, a sua capacidade de produção, expondo-se, assim, facilmente à tuberculose e à muitas outras doenças.

3º — Apesar das investigações censitárias que foram realizadas e do estudo feito pelas Comissões de Salário Mínimo, o Governo fixou arbitrariamente os níveis de salários para as diferentes regiões do País. Todos são bem inferiores às conclusões a que chegaram os órgãos técnicos criados para esse fim, o que motivou, na época, inúmeros protestos dos sindicatos operários, protestos que só não tiveram maior eco em virtude da repressão policial do chamado Estado Novo. Interferências policiais nas assembleias gerais, prisões, golpes e mais golpes, como se repetem hoje com a ditadura do Ministro da Guerra do Estado Novo, tais foram os processos ditatoriais usados para não se debater livremente a fixação do salário mínimo. Nada adiantou, porque tudo foi efêmero, como também são efêmeras todas as medidas arbitrárias que o ministro do câmbio negro vem tomando contra o proletariado.

SALÁRIO MÍNIMO FAMILIAR

Max, Sr. Presidente, os três fatores fundamentais que assinalamos para mostrar quanto foi arbitrária a fixação do salário mínimo, fôram ainda mais agravados pelo encarecimento vertiginoso do custo de vida verificado nestes últimos anos. Algumas das alturas que entraram no cálculo do salário mínimo registraram aumentos de 300 a 400%, a partir de 1941, enquanto esse salário sofreu apenas um aumento insignificante. Foi, portanto, para corrigir essas distorções que os ilustres constituintes de 1946, inspirados na nova Carta Constitucional, o salário mínimo em vigor no momento atual. Assim foi que o art. 137, item 1, estabeleceu: "salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família".

Sr. Presidente, Senhores Deputados. Trata-se, pois, de regulamentar, com a máxima urgência, o dispositivo constitucional, estabelecendo também a nova remuneração mínima devida ao trabalhador. Tal é o objetivo do projeto de lei que ora apresentamos à consideração da Casa, pedindo para o mesmo a atenção de todos que, dentro ou fora do Parlamento, se interessarem por tão importante problema.



AUMENTO DO PODER AQUISITIVO DAS GRANDES MASSAS E AUMENTO DA PRODUÇÃO — DEFESA DA FAMÍLIA — MEDIDAS EM FAVOR DOS CAMPONESES — SALÁRIOS PARA O MENOR E O APRENDIZ — POSIÇÃO DE PRINCÍPIO DOS COMUNISTAS, DENTRO OU FORA DO PARLAMENTO — DESMASCARANDO AFIRMAÇÕES CALUNIOSAS DO SR. SIMONSEN CONTRA OS OPERÁRIOS

mo só vigora para os trabalhadores da cidade. Não parece dúvida que isso acontece, devido, porém, à burla da lei em vigor. Quando foi estabelecido o salário mínimo, os assalariados agrícolas, que não pagavam casa e podiam ler, às vezes, sua pequena horta foram obrigados, pelos proprietários da terra, a pagar a casa e proibidos de plantar qualquer coisa. Mais do que um abuso, isto é um crime. E o pior é que as autoridades não punem os infratores, os culpados.

SALÁRIO POR FILHO

Sr. Presidente, Senhores Deputados. Há ainda mais em nosso projeto de lei. Tomemos, por exemplo, o artigo 3.º que diz:

"Ao salário mínimo do trabalhador que tiver filho menor de quatorze anos será adicionado um salário variável por filho até o máximo de três, não se fazendo, para esse efeito, distinção entre filhos legítimos ou ilegítimos."

Quero pedir, para esse arti-

go, a máxima atenção dos nobres deputados de todos os partidos. Trata-se de defender realmente a família brasileira. Com tal dispositivo iremos conhecer quem defende a família por princípio e quem defende a boca para fora. Ser contra esse artigo é perpetuar a miséria e a fome; ser a favor é levar um pouco mais de pão e de conforto aos lares pobres. Ser contra é pregar a dissolução irremediável da família; ser a favor é garantir uma prole mais sã, a fim de proporcionar-lhe mais vida mais saúde, mais energia para engrandecer nossa economia e nosso povo.

Assistimos inúmeros e verdadeiros dramas no seio das famílias pobres do Brasil pela situação de miséria em que vivem. Vamos agora, senhores, dar um pouco mais de amparo a quem precisa: às famílias necessitadas cujos filhos passem sem pão, sem escola, vivem nus, andam descalços e atacados pela verminose.

NAS INDUSTRIAS INSALUBRES

Sr. Presidente um dos problemas mais sérios no Bra-



zil é aquele que trata de amparar ao trabalhador nas indústrias insalubres. Conhecemos bem as miseráveis, desumanas, mesmo, condições de trabalho nas minas como por exemplo, Morro Velho e São Jerônimo, respectivamente em Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Por isso é que no art. 4.º estabelecemos que "o trabalhador ocupado em serviços insalubres terá o seu salário mínimo acrescido de 20%, 40% e 50% conforme se trate dos graus mínimo, médio ou máximo, respectivamente."

O Sr. Tristão da Cunha — Se elevarmos os salários de todos, criaremos o problema do sem-trabalho.

O SR. DIÓGENES ARRUDA — Avale com V. Excia. está equivocado. Os sem-trabalho

já existem sem o aumento do salário mínimo. E que a causa é outra: os sem-trabalho surgem agora pelo fechamento das fábricas em virtude da concorrência do imperialismo lanque, pela política errada e suicida do atual governo, se é que se pode chamar de política econômica a atual orientação da ditadura. As elevações do salário trazem, como consequência, menor inversão do capital.

O SR. DIÓGENES ARRUDA — Isto pode ser certo de acordo com os princípios econômicos de V. Excia. ou com a prosaica aritmética que V. Excia. usa para os seus argumentos nesta Casa. O nobre Deputado leu a entrevista do Senador Luis Carlos Prestes? Se tivesse lido, talvez se convencesse da necessidade de uma melhor distribuição da riqueza nacional, como também que isto não é passível de conseguir pelo imediato aumento geral dos salários, com uma nova e justa regulamentação do salário mínimo. Unicamente os senhores dos lucros extraordinários podem estar contra tal política de salvação nacional. Veja o caso do Sr. Guilherme da Silveira que obtem com suas indústrias lucros fabulosos, enquanto os seus operários aqui na Capital da República, em Bangü passam as horas privadas. Veja o caso da "Light and Power" que teve, nos quatro primeiros meses deste ano de 47, um lucro líquido de cerca de 155 milhões de cruzeiros e não atende às justas reivindicações da "tabela constitucional" apresentada pelos seus operários. Veja, finalmente, o caso dos maiores da Companhia Minas de Butil, no Rio Grande do Sul, que, não contentes em abocanhar quase 800 mil cruzeiros para quatro diretores, lançam-se violentamente contra os operários, chamando-os de preguiçosos, vagabundos e saboteadores. São também estes os princípios econômicos do nobre Deputado mineiro?

O Sr. Tristão da Cunha — O que digo está de acordo com os princípios de todos os economistas, sem exceção, dos homens que estudaram a economia política e não a praticam por mero palpite.

O SR. DIÓGENES ARRUDA — Longe de mim a suposição de que V. Excia. não seja um estudioso da economia política. Sou, aliás, um dos que muito admiram os seus conhecimentos. Tanto assim que estou me sentindo honrado com os apêndices do nobre colega, aos quais estou respondendo com a máxima satisfação. Mas, como que os princípios econômicos defendidos com tanto ardor por V. Excia., se aplicados, levariam o país a uma situação contrária àquela que certamente deseja. Infelizmente esta é a verdade: os seus princípios econômicos não estão de acordo com os interesses nacionais. (Conclui na 2.ª página)

155 mil contos de réis -- os lucros da Light nos primeiros 4 meses de 1947

A poderosa empresa imperialista aumenta a exploração do povo brasileiro, com a complicitade da ditadura Dutra

O "Jornal do Comércio" de 11 do corrente publicou o seguinte telegrama:

"MONTEAL, 10 (AFP) — Anuncia-se que a receita líquida da Brazilian Traction, concessionária de serviços públicos no Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades brasileiras, foi nos primeiros meses do corrente ano, de 7.748.244 dólares, contra 6.984.155 em igual período de 1946. "Em abril último, a receita bruta da mesma empresa se elevou a 7.635.245 dólares e a despesa a 5.447.989 dólares, contra 5.747.670 e 3.996.322 dólares, respectivamente, em idêntico mês do exercício findo".

Brasileira Traction são os dois primeiros nomes de uma das mais poderosas empresas imperialistas em nosso país: a Brazilian Traction Light and Power, que monopoliza os serviços de bondes, gás, luz, telefone, no Distrito Federal, na Capital de São Paulo, na cidade de Santos e outras cidades menos importantes mas igualmente lucrativas para os cofres do capital colonizador.

Os lucros líquidos a que se refere a primeira parte do telegrama acima transcrito mostram que, enquanto plora a nossa situação econômica e financeira, enquanto aumenta a miséria do nosso povo, na mesma proporção aumentam os lucros da Light. Enquanto, por exemplo, os preços dos gêneros de primeira necessidade subiram continuamente de maio de 45 a maio de 47, o lucro líquido da Light nos primeiros quatro meses deste ano superou de 754 mil dólares (15 milhões de cruzeiros), em comparação com os primeiros quatro meses do ano passado.

Traduzido em cruzeiros, o lucro líquido da Light no primeiro quadrimestre de 1947 se eleva a Cr\$ 154.964.880,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta cruzeiros)! Em linguagem mais popular: cerca de 155 mil contos de réis.

Melhoraram, por acaso, os transportes urbanos da Capital da República, de São Paulo ou de Santos, no último ano? Ao contrário, pioraram. Mas para a Light as tarifas de bonde, luz e gás aumentaram desde 1945, sendo que só a passagem dos bondes aumentou 50 por cento.

São o proletariado e a classe média quem mais utilizam esse meio de transporte, infelizmente ainda e mais comum na principal cidade do país. E foi justamente sobre as classes mais empobrecidas que recaiu o peso desse novo favor dos famigerados "advogados" da Light, como o célebre Pereira Lima, antigo chefe de polícia do Distrito Federal, torturador de operários e hoje um dos homens da confiança imediata do general Dutra, chefe da casa civil do Ditador do grupo fascista.

A Constituição está promulgada desde agosto de 46, e há 9 meses que os trabalhadores lutam para que lhes seja pago o descanso remunerado. A isto o governo Dutra tem oposto todos os obstáculos. Mas não houve praticamente nenhuma dificuldade quando a Light pleiteou o aumento de suas tarifas.

Durante a guerra, a Light conseguiu mais um favor de seus "advogados": cobrar em dobro o gasto do gás que ultrapassasse o racionamento. A guerra terminou há mais de dois anos, não existe mais ração para racionamento, mas a Light ainda continua a gozar daquele favor.

O resultado aí está: aumento vertiginoso de seus lucros, de ano para ano. E não devemos esquecer que ajudamos aqui apenas a lucros declarados, pois ninguém ignora que todas essas grandes companhias possuem milhares de meios para ocultar os seus verdadeiros lucros. Não é para outra coisa que a Light e demais empresas imperialistas sustentam "advogados" como Pereira Lima e outros igualmente influentes junto ao governo. Para alguma coisa têm que servir, além de espantar operários quando estes pleiteiam aumento de salários.